GABRIEL TELES
ANÁLISE MARXISTA
DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS
EDIÇÕES REDELP

GABRIEL TELES

# ANÁLISE MARXISTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

COLEÇÃO
Movimentos Sociais 03

1ª edição 2020
Goiânia, GO

# Sumário

# OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO FENÔMENOS HISTÓRICOS

**Nildo Viana**

O livro de Gabriel Teles, Análise Marxista dos Movimentos Sociais , revela muitas coisas. Como todos os livros, este também revela um pouco de quem é Gabriel Teles, um pouco de suas ideias, um pouco de sua vida (afinal, algumas horas foram gastas apenas na redação do presente texto, sem falar no tempo gasto em leituras e reflexões), um pouco de seus valores, entre outros aspectos do autor do livro. E revela também um pouco da sociedade e da época em que ele vive, com suas mutações. E, principalmente, no caso do nosso objetivo, revela alguns elementos fundamentais para compreender os movimentos sociais.

Não poderemos tratar de todas essas revelações. Nesse sentido, vamos destacar apenas algumas relativas ao autor do livro e outras em relação ao conteúdo da obra que agora prefaciamos. Sobre o autor, há muitas revelações. Sem dúvida, ínfimas diante da totalidade e complexidade que é o indivíduo Gabriel Teles, mas que trazem alguns elementos que ajudam a compreender a obra. Claro que somente os ingênuos poderiam pensar que bastaria ler tal obra e ter a capacidade reflexiva de extrair dela revelações sobre o autor para conhecer o indivíduo e sua personalidade. Não trataremos de análise da personalidade ou qualquer outra coisa nesse sentido e sim das revelações sobre o indivíduo enquanto autor. Porém, trata-se, mais precisamente, de apenas uma revelação. Esta será destacada e outras serão apenas nomeadas. O que é um autor? Para muitos, é tão somente "aquele que escreve uma obra". Ledo engano. Um autor é muito mais que isso, mesmo que, na obra, se perceba apenas isso. Gabriel Teles, como autor, é corajoso. Ele tem a coragem de adotar uma teoria que não é hegemônica, ideias que não estão na moda, retomar autores que alguns chamariam de "malditos", entre outros elementos que a leitura da presente obra revela.

Aqui temos um grande mérito, pois o compromisso com a verdade pressupõe coragem. Numa sociedade marcada pela mentira generalizada e institucionalizada, uma mera frase verdadeira já se torna uma demonstração de coragem. Um parágrafo, ou seja, um conjunto de frases, já se torna um insulto para as mentes subservientes e reprodutoras de mentiras oficiais ou extraoficiais. Aqui temos um livro inteiro que não se acovarda diante da verdade e isso é revelador. O que mais é revelado de Gabriel Teles na presente obra? Muitas coisas, entre elas poderíamos citar o ávido leitor, o pesquisador dedicado, entre

diversos outros aspectos. Porém, vamos destacar a coragem e as demais revelações deixaremos para os leitores descobrirem, pois não é o nosso objetivo analisar o autor da obra em si, mas tão somente mostrar uma de suas características que ajuda a entender o livro que prefaciamos. A leitura também mostra revelações sobre o leitor, e cabe a este o esforço de interpretar a obra e o autor.

Um autor corajoso só pode ser revelado em sua característica com uma obra corajosa. E a presente obra mostra a coragem que já apontamos. Retomar a discussão sobre movimentos sociais a partir de Marx e autores marxistas, tal como se vê no conjunto do livro e mais exclusivamente no capítulo 02 voltado para os autores que abordam especificamente os movimentos sociais é um exemplo disso. Os movimentos sociais (conceito, características, relações) são abordados no interior de uma concepção marxista que entra em confronto com as demais abordagens e avançam no sentido de compreender o caráter social e histórico desse fenômeno social. Ao invés de definições que não correspondem à realidade, marcadas por arbitrariedade, por generalizações equivocadas, inserção forçada em discursos ideológicos, semi-ideológicos, entre outros procedimentos questionáveis e empobrecedores da percepção da realidade, aparece uma reconstituição do fenômeno real que são os movimentos sociais.

Gabriel Teles contribui para a percepção dos movimentos sociais como fenômenos históricos não só nessa abordagem da concepção marxista dos movimentos sociais, mas em toda a obra. O ponto de partida do autor, que se inspira no método dialético e materialismo histórico, aponta para a percepção da historicidade, em geral, e da que se relaciona com os movimentos sociais, em particular. Numa sociedade humanizada, na qual a exploração e a dominação já tenham sido abolidas, e o grau de desenvolvimento social e tecnológico permita ao ser humano superar a dependência absoluta em relação à natureza, essa observação seria sem sentido. Mas, na sociedade atual, na qual a verdade é censurada a todo custo, seja diretamente, seja indiretamente (e sutilmente, tal como na afirmação de que ela nem sequer existe), entender que os movimentos sociais, assim como todos os fenômenos sociais, são históricos já é um grande passo. O materialismo histórico mostra como as sociedades, os modos de produção, o Estado, entre milhares de outros fenômenos, são históricos e não poderiam não o ser. Da mesma forma, mostra como estão inseridos em uma totalidade, que, por sua vez, se insere em outra mais ampla. Assim, as categorias da dialética, aqui destacamos apenas as de historicidade e totalidade, permite o avanço na percepção dos movimentos sociais como fenômenos históricos. O

capítulo sobre os movimentos sociais e o regime de acumulação integral aponta isso diretamente, mas nos demais capítulos se observa implicitamente a historicidade dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são, como seu próprio nome denuncia, fenômenos sociais. Eles são históricos e sociais. Os movimentos sociais nascem na sociedade capitalista e carregam em si as suas marcas e características (interesses, insatisfação, burocratização, mercantilização, competição, etc.). Os movimentos sociais nascem com o capitalismo e morrerão com ele. Por isso, não é possível entender os movimentos sociais sem entender a totalidade que é a sociedade capitalista. Isso mostra a importância sobre a discussão a respeito da categoria da totalidade e do método dialético que é tema de um dos capítulos da presente obra e novamente reaparece no capítulo sobre os movimentos sociais no regime de acumulação integral. No capítulo sobre a categoria da totalidade, temos uma reflexão metodológica e no sobre o regime de acumulação integral a explicitação da inserção dos movimentos sociais numa realidade global, num momento da história do capitalismo, o momento presente.

Assim, o método dialético é fundamental para entender o significado histórico e social dos movimentos sociais. A discussão sobre os movimentos sociais no regime de acumulação integral mostra outra faceta da historicidade: o capitalismo não é estático e sim dinâmico e a percepção de seu desenvolvimento histórico é fundamental para compreender o nascimento, desenvolvimento e atualidade dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, o método dialético mostra sua importância para colocar em evidência a totalidade e inserção dos movimentos sociais na sociedade moderna. O conceito de regimes de acumulação é fundamental para entender a historicidade da sociedade capitalista e também de todos os fenômenos sociais no seu interior, tais como os movimentos sociais e as concepções que eles produzem e sobre eles.

Porém, isto tudo é obscurecido pelas ideologias, doutrinas, representações, paradigmas, existentes na sociedade burguesa. Assim, a compreensão dos movimentos sociais requer uma análise da hegemonia burguesa, da força da episteme burguesa e seus paradigmas. Os ativistas dos movimentos sociais não vivem num mundo à parte, e sim na sociedade capitalista. Por mais que o grupo social que eles dizem representar – e no caso da maioria é apenas discurso, seja intencional ou inintencional – sofra na sociedade burguesa, isso não lhes permite um “ponto de vista superior” sobre si mesmos e, muito menos, sobre a sociedade. Assim, as fantasmagorias da “vivência” e “lugar de fala” são meros

apêndices simplificados e simplificadores de uma realidade muito mais complexa do que a vã consciência individual e ilusória dos ativistas pode imaginar. O sofrimento não gera consciência mais avançada. Ele pode, no máximo, criar a motivação para tal. A motivação sentimental é insuficiente sem a consciência, sem informações, sem o rompimento com ideologias, paradigmas e com a episteme burguesa. Se o sofrimento puro gerasse consciência mais avançada, então deveríamos ouvir o que têm a dizer os mendigos, os que estão morrendo de fome, entre outros que sofrem intensamente, muito mais do que os ativistas dos grupos sociais, que, inclusive, têm como principais "porta-vozes" indivíduos das classes superiores. Um negro ou uma mulher tem tanta possibilidade de ter consciência mais avançada sobre sua situação de grupo ou sobre a sociedade quanto um mendigo. E por isso sua consciência, se não ultrapassar os limites de sua condição individual, corporal e/ou grupal, não ultrapassa o nível de uma consciência mendicante. A consciência mendicante do mendigo pode mendigar coisas, mas suas ideias não são doadas por ideologias e por isso ele não pensa que sua consciência tem algum privilégio diante das manifestações do pensamento dos demais indivíduos. A consciência mendicante de negros, mulheres e outros, por sua vez, é uma consciência que não corresponde ao ser, mas que gera um ser artificial, e, nesse caso, tanto o ser quanto suas ideias estão domesticadas. Assim, se os ativistas de um grupo social querem sua libertação, devem começar superando a consciência mendicante e se libertar da autoilusão e da força da hegemonia burguesa. Em mentes presas que se julgam livres, o máximo que se pode conseguir é uma liberdade ilusória expressa na ideia de uma consciência supostamente livre que reforça não somente a domesticação cultural, mas também a social.

Porém, isso não é importante apenas para mostrar a força da ideologia e dos paradigmas nos movimentos sociais, mas também nas análises sociológicas, historiográficas e outras sobre tal fenômeno social. O último capítulo da presente obra trata justamente das análises sociológicas – e limitadas – sobre os movimentos sociais. A força da hegemonia burguesa atinge tanto os analistas – sociólogos, no caso, mas não só eles – e analisados – ativistas dos movimentos sociais, bem como um reforça o outro reciprocamente. Analistas geram concepções ilusórias sobre os analisados, partindo de paradigmas e ideologias, que refletem a aparência do fenômeno e os analisados aceitam e introjetam as análises equivocadas e ideológicas, reforçando-as. Isso pode ser ilustrado com a ênfase que a abordagem culturalista dos movimentos sociais na ideia de "identidade". Os sociólogos culturalistas atribuem aos movimentos sociais uma característica fundamental que é a identidade e isso se espalha via aparatos

educacionais, mercado editorial, etc., e os ativistas – especialmente os provenientes das classes superiores – introjetam e reproduzem isso em seus contatos e discursos, espalhando tal ideia, aparentemente produzidas por eles, na sociedade. Logo depois emergem discursos dos próprios ativistas sobre “identidade”. E voilà, o reino da identidade! Sem dúvida, as chamadas “políticas de identidade” emergem num contexto semelhante de culturalismo e múltiplas influências ideológicas e sob a força do paradigma subjetivista. O círculo vicioso se torna viciante para os viciados. E deste mato não sai cachorro. No máximo sai latidos raivosos que podem até ter efeitos terapêuticos, mas vem acompanhados com os efeitos colaterais indesejados, num processo trágico de reforçar o que se queria combater.

Em síntese, Gabriel Teles apela para o retorno da realidade sobre os movimentos sociais, pois esses foram afastados do mundo real no plano da consciência dos seus ativistas, bem como no plano das análises sociológicas. Entender os movimentos sociais é importante, não só pela suposta primazia que ganharam nas abordagens sociológicas como também pelo efeito real e retroativo que efetivam sobre a sociedade. O caminho aberto para vastos setores dos movimentos sociais, pois eles não são homogêneos e são divididos em tendências distintas, é optar entre reproduzir e reforçar a sociedade existente que gera sua razão de existir (insatisfação, discriminação, destruição ambiental, etc.) ou lutar pela libertação humana em geral. A luta pela libertação humana em geral pode e deve incluir as lutas legítimas dos grupos sociais (e deve excluir, da mesma forma, as lutas ilegítimas). A luta dos grupos sociais, expressa nos movimentos sociais e suas tendências, no entanto, só podem contribuir para a superação dos seus problemas se for, simultaneamente, uma luta pela libertação humana. Caso não seja, é apenas reprodução e reforço da sociedade existente, o que significa reprodução e reforço da sua própria desventura. A presente obra não aborda especificamente esta questão, mas abre caminhos para uma reflexão mais profunda sobre os movimentos sociais e assim permite o desenvolvimento de uma percepção mais ampla sobre eles. E isso torna a leitura da presente obra necessária.

# INTRODUÇÃO

O presente livro é resultado de análises e reflexões feitas ao longo de minhas pesquisas sobre movimentos sociais nesses últimos cinco anos. Trata-se da reunião de um conjunto de ensaios a respeito dos movimentos sociais, tanto a nível teórico quanto a nível analítico, assentados numa perspectiva marxista.

A motivação da produção desses ensaios é derivada de uma pesquisa específica que trata do movimento estudantil. O tema da ação política dos estudantes sempre foi um tema caro a mim, já que tanto participei de determinadas mobilizações estudantis, quanto busquei explicá-lo ao longo de minha trajetória política e de pesquisador sobre o tema. Derivado desse processo, chegamos à conclusão de que seria impossível analisar o movimento estudantil, com o rigor necessário, sem antes analisar e compreender, em profundidade, a teoria dos movimentos sociais. Esse processo se deu dessa maneira pois compreendemos o movimento estudantil como um movimento social específico que possui suas particularidades e dinâmica própria, mas que só pode ser elucidado a partir de uma teoria mais ampla, que explica tanto a sua essência quanto a sua existência.

Nesse sentido, nesses últimos cinco anos, efetuamos esse trabalho de pesquisa e autoesclarecimento, cujo resultado final foi materializado nesses ensaios e em outros escritos produzidos (dissertação de mestrado, artigos publicados, textos de intervenção política, etc.). O que os une é a análise marxista desse fenômeno social, tanto no processo analítico quanto na análise teórica dos movimentos sociais, bem como na crítica às abordagens sociológicas sobre esse fenômeno.

A sequência temática dos ensaios aqui publicados possui uma lógica específica: partimos das contribuições das principais ferramentas teórico-metodológicas do marxismo para posteriormente apresentarmos uma concepção marxista dos movimentos sociais (tal concepção auxiliará a análise deste fenômeno na contemporaneidade). Em seguida, apresentaremos uma crítica às principais abordagens ideológica sobre o tema.

O primeiro ensaio trata das contribuições da categoria totalidade para a análise dos movimentos sociais. Assim, ele tem como objetivo demonstrar as contribuições do método dialético, sobretudo a sua categoria fundamental, a

totalidade, para a análise e pesquisas dos movimentos sociais. O método dialético foi desenvolvido por Karl Marx e alguns aspectos aprofundados pelos seus continuadores (Lukács, Labriola, Korsch, Kosik, Nildo Viana, etc.). Nesse sentido, primeiramente realizamos uma rápida discussão sobre o pensamento de Marx e as possibilidades de encontrarmos nele contribuições para a análise dos movimentos sociais. Em seguida, fazemos uma discussão sobre a questão metodológica no marxismo, focalizando a categoria da totalidade e, posteriormente, uma breve discussão sobre a conceituação dos movimentos sociais numa análise dialética.

O segundo ensaio versa sobre uma concepção marxista dos movimentos sociais. Em nossa perspectiva, dois autores são fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais numa perspectiva dialética. Estes são Karl Jensen e Nildo Viana. O primeiro, no texto Teses Para Os Movimentos Sociais, tem o mérito de colocar em discussão o ponto fundamental de qualquer movimento social: os grupos sociais. Este aspecto é o ponto de partida que irá guiar o autor na confecção das dez teses. Apesar disso, em Jensen ainda não há um desenvolvimento de um conceito e concepção de movimentos sociais, mas tão-somente uma definição e a análise de alguns de seus aspectos que, inclusive, contribui para o avanço que há no livro Os Movimentos Sociais de Nildo Viana. Neste último, há o aprofundamento e desenvolvimento da teoria dos movimentos sociais, buscando desenvolver um universo conceitual que dê conta de explicar o fenômeno social. Nesse sentido, no presente texto, buscou-se reconstituir a concepção de movimentos sociais nesses autores.

O terceiro ensaio examina a dinâmica dos movimentos sociais na contemporaneidade. Nele, buscamos realizar uma análise introdutória dos movimentos sociais a partir do atual desenvolvimento da acumulação de capital, o regime de acumulação integral. Por este ângulo, referimo-nos aos movimentos sociais contemporâneos, ou seja, a partir de meados da década de 1980 até o presente atual. Os regimes de acumulação trazem grandes e importantes consequências para os movimentos sociais, já que suas determinações incidem direta e indiretamente na própria dinâmica dos movimentos, bem como seus surgimentos, mudança de objetivos, criação de ramificações, novas necessidades, novas organizações, etc.

Já o quarto e último ensaio analisa criticamente as abordagens sociológicas sobre os movimentos sociais. Apesar de suas divergências e especificidades, essas abordagens apontam para um processo analítico parcelar, limitadas por isolar um

determinado elemento do fenômeno (aspecto cultural, político, econômico, etc.) e por não perceber a totalidade concreta de qualquer fenômeno social. Nesse sentido, a intenção do texto foi trazer um balanço introdutório e panorâmico dos limites e avanços dessas abordagens a partir do instrumental teórico e metodológico do marxismo. O itinerário do presente texto, portanto, passou pelas três grandes abordagens sociológicos sobre os movimentos sociais, evidenciando o contexto histórico de seu surgimento e desenvolvimento, seus principais representantes, influências e "conceitos" (construtos) analíticos.

Assim, o itinerário do presente livro demonstra a necessidade de avançar teórica e analiticamente sobre os movimentos sociais e busca ampliar a divulgação da teoria marxista dos movimentos sociais que ainda se encontra em desenvolvimento.

# Totalidade e Movimentos Sociais

O tema dos movimentos sociais nas reflexões sociológicas tornou-se de grande importância e ganhou a atenção dos pesquisadores das ações sociais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Tal importância é derivada da própria força e organização dos movimentos sociais que começaram a criar uma expressiva notoriedade política, tanto nas instituições estatais quanto na sociedade civil, principalmente a partir da emergência do regime de acumulação conjugado [1].

Como um fenômeno moderno, ou seja, constituído no interior da sociedade capitalista, os movimentos sociais expressam e são compostos a partir de uma base social que lhe constitui corpo e vitalidade: os grupos sociais (mulheres, negros, jovens, estudantes, ecologistas, sem-terra, sem-teto, etc.). Tais grupos, a partir de suas respectivas dinâmicas, provocam alterações tanto internas (no próprio movimento social), quanto externas (na totalidade da sociedade), cristalizando, portanto, seu papel mobilizador e político no conjunto das relações sociais erigidas no bojo do capitalismo.

Nessa lógica, os movimentos sociais fazem parte da paisagem contraditória da sociedade moderna efetivamente há quase um século, mas a reflexão sociológica sobre eles é relativamente recente. Segundo Maria da Glória Gohn:

A temática dos movimentos sociais é uma área clássica de estudo da sociologia e da política, tendo lugar de destaque nas ciências sociais. Não se trata apenas de um momento da produção sociológica, como pensam alguns, confundindo a própria existência concreta do fenômeno e suas manifestações empíricas, seus ciclos de fluxos e refluxos, com a produção acadêmica sobre aqueles ciclos. Não se trata de um tema dos anos 60, 70 ou 80. Sem dúvidas, ganharam maior visibilidade a partir destas décadas, mas não são muito anteriores a elas, na vida real e na teoria (GOHN, 2004, p.329).

Deste modo, há uma relevante e volumosa bibliografia sobre os movimentos sociais, assentadas em diferentes concepções e abordagens. É por este motivo que não é possível afirmar que existe tão-somente uma abordagem homogênea sobre esse fenômeno e/ou ao menos um significado consensual da própria expressão “movimentos sociais”. Portanto, dependendo de qual perspectiva teórica/ideológica que se parta, é dada uma ênfase maior sobre uma ou outra parte específica do fenômeno dos movimentos sociais. Com raras exceções ocorre a análise deste fenômeno a partir da categoria totalidade, uma das categorias do método dialético, observando suas múltiplas determinações. Por qual motivo ocorre esse processo? Seria o método dialético e sua categoria fundamental (a totalidade), imprecisas ou não adequadas para a análise dos movimentos sociais?

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo demonstrar as contribuições do método dialético, sobretudo a sua categoria fundamental, a totalidade, para a análise e pesquisas dos movimentos sociais. O método dialético foi desenvolvido por Karl Marx e alguns aspectos aprofundados pelos seus epígonos (Lukács, Labriola, Korsch, Kosik, Nildo Viana, etc.). Assim, em primeiro momento, realizaremos uma rápida discussão sobre o pensamento de Marx e as possibilidades de encontrarmos nele contribuições para a análise dos movimentos sociais. Em sequência, faremos uma discussão sobre a questão metodológica em Marx, focalizando a categoria da totalidade e, posteriormente, uma breve discussão sobre a conceituação dos movimentos sociais numa análise dialética.

**Uma contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais?**

Karl Marx é considerado um dos pensadores mais importantes desde a aurora da modernidade. Seus escritos e suas ideias ecoaram não apenas em seu tempo (metade do século XIX), mas ainda hoje sofre desdobramentos, desenvolvimentos e críticas. Tamanha influência pode ser medida em seu peso nas diversas ciências que discutem o social: sociologia, história, economia, filosofia, etc. Enfim, uma diversidade de ciências e formas de saber que resguardam as discussões teóricas do pensador alemão, sendo em algumas delas, tido como um clássico. Marx, no entanto, sempre foi crítico a todas essas formas de saberes, sobretudo as que acentuavam a divisão intelectual do trabalho, fragmentando a realidade e isolando suas determinações. Nesse sentido, Marx fez a crítica ao direito, crítica à filosofia, crítica à ciência, etc. A sua crítica, então, expressa aquilo que disse sobre a necessidade da crítica desapiedada do existente:

Embora a construção do futuro e sua consolidação definitiva não seja assunto nosso, é ainda mais claro, no presente, o que devemos realizar. Refiro-me à crítica desapiedada do existente, desapiedada tanto no sentido de não temer os próprios resultados quanto no sentido de que não se pode temer os conflitos com aqueles que detêm o poder (MARX, 2008, p. 01).

Se um dos interesses fundamentais de Marx é contribuir para a transformação social, ou seja, para a construção de uma nova sociedade, então o existente, o presente, deve ser abolido. Se é certo que a consciência é o ser consciente (MARX e ENGELS, 2007), então todas as formas de saberes ideológicas[2], que fazem parte igualmente do presente e reproduzem o existente, devem ser criticadas de um ponto de vista revolucionário. É por isso que em Marx não há brechas para uma produção do saber e análise da realidade social de forma neutra, sem expressar os interesses de classe, valores, etc. do pesquisador. Em

outras palavras, a produção do saber faz parte das lutas de classes. É nesse sentido que Korsch irá afirmar que:

Para os eruditos burgueses dos nossos dias, o marxismo representa não só uma grave dificuldade teórica e prática de primeira ordem, mas, além disso, uma dificuldade teórica de segunda ordem, uma dificuldade "epistemológica". Não é possível arrumá-lo em nenhuma das gavetas tradicionais do sistema das ciências burguesas e mesmo se se quisesse abrir especialmente para ele e para os seus compadres mais chegados uma nova gaveta chamada sociologia, ele não ficaria sequer quieto lá dentro, iria constantemente passear para todas as outras. "Economia", filosofia", "história, "teoria do Direito e do Estado", nenhuma destas rubricas pode contê-lo, mas nenhuma estaria a salvo dele se se quisesse metê-lo noutra (KORSCH, 1977, p. 137).

A produção intelectual de Marx traz ricas contribuições para se pensar tanto a humanidade de forma geral (a partir de suas discussões sobre natureza humana, modos de produção), a sociedade capitalista em específico (seus estudos sobre o modo de produção capitalista) e também na própria produção do saber dos fenômenos sociais (a sua teoria, materialismo histórico, e seu método, dialético). A sua reflexão, como colocamos anteriormente, visava a transformação social, e o agente social encarregado desta mudança é o proletariado. Nesse sentido, Marx via no movimento operário a possibilidade potencial de transformação devido a sua posição no conjunto das relações de produção capitalista. É por isso que sua produção intelectual estava engajada dentro do marco da luta dos trabalhadores. E é exatamente essa luta dos trabalhadores, no bojo de sua emancipação, que emancipa a humanidade no geral:

Na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas

o título humano, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesmo opor um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade como um estamento particular, é o proletariado (MARX, 2013, p. 162).

Por esse motivo, Marx é considerado um humanista radical, observando que dentro da luta dos trabalhadores nasce a possibilidade da superação da sociedade de classe, o fim da pré-história humana e o nascimento da emancipação humana.

Como podemos observar, Marx contribuiu não apenas intelectualmente para a transformação social, mas também politicamente (o que não deixa de ser uma contribuição intelectualmente igualmente). Suas intervenções teóricas sempre rumavam a possibilidade concreta e prática da luta do movimento revolucionário do proletariado. Mas e os movimentos sociais no geral? Qual a posição de Marx sobre eles?

A primeira questão que devemos pontuar é o tempo histórico onde Marx teve sua produção intelectual. Suas obras estão localizadas, temporalmente, no final da metade do século XIX e se estende até a década de 80 desse mesmo século. Isto significa que seu pensamento, apesar de trazer vários elementos que possibilitem pensar o presente, possui limites de análise devido ao tempo histórico vivido por ele. Nesse sentido, se concordarmos com um conjunto de autores que versam suas pesquisas sobre os movimentos sociais (JENSEN, 2014, VIANA 2016), os movimentos sociais apareceram, de forma já desenvolvida, só a partir da metade do século XX.

O que fica evidente aqui é que Marx não poderia refletir sobre os movimentos sociais já que eles só apareceram, de forma consolidada e desenvolvida, quase um século depois de sua vida. O máximo que se pode atestar é que, em sua época, os movimentos sociais começaram a se desenvolver de forma ainda embrionária; tal como o movimento das mulheres (movimento feminino) e o movimento estudantil, mas ainda muito atrelados aos movimentos de classe. É necessário esclarecer que movimentos sociais são diferentes dos movimentos de classe. Esta distinção é crucial, já que alguns autores colocam o movimento

operário como um movimento social específico. É Karl Jensen quem nos fornece a explicação sobre essa diferença:

Os movimentos sociais são diferentes dos movimentos políticos das classes sociais. Os movimentos sociais possuem como base grupos sociais e não classes sociais. A luta de classes gira em torno das relações de produção e as lutas dos movimentos sociais giram em torno de questões específicas relacionadas aos grupos sociais que lhe dão sustentação e só combatem diretamente as relações de produção quando surgem momentos históricos de acirramento das lutas de classes ou então quando um movimento social específico possui uma consciência revolucionária (com exceção daqueles movimentos que defendem tais relações) (JENSEN, 2014, p. 134).

Mas qual a relação entre os grupos sociais e as classes sociais? A dinâmica da sociedade capitalista é regida pela dinâmica das lutas de classes. Nesse sentido, os movimentos sociais, sendo seu arranjo social baseado em grupos sociais, possuem um vínculo substancial com a questão das classes sociais[3] na sociedade capitalista. Isto significa dizer que a composição social dos movimentos sociais é, fundamentalmente, uma composição de classes. Os grupos sociais não são homogêneos; dentro de um mesmo grupo social, como o das mulheres, por exemplo, podemos ter diversas manifestações de classes ou subdivisões destas: mulheres burguesas, mulheres trabalhadoras, mulheres intelectuais, mulheres camponesas, etc.

[...] As classes sociais diferem dos grupos sociais que estão na base dos movimentos sociais porque são geradas social e historicamente (ao contrário dos grupos orgânicos) e possuir interesses comuns (o que nem sempre ocorre nos grupos sociais), além de que nem sempre tais grupos também efetivam lutas em comum contra outras classes (ou grupos). Contudo, o elemento fundamental é que a sua delimitação ocorre via divisão social do trabalho no sentido mais geral do termo. [...] As classes sociais são um conjunto de indivíduos submetidos à divisão social do trabalho na sociedade e é isso que gera um modo de vida comum, interesses comuns e luta comum contra outras classes sociais. Os grupos

situacionais, que são os grupos sociais citados que mais podem ser confundidos com as classes sociais, são ou subdivisões destas ou produtos transitórios ou determinados por local de moradia, demandas sociais, situação social, etc. (VIANA, 2016, p. 52-53).

Marx, no máximo, fez alguns apontamentos sobre grupos sociais de sua época que, posteriormente, desenvolveram movimentos sociais. Este é o caso do grupo social das mulheres. Marx, ao analisar o material autobiográfico do francês Peucheut, descreve a situação social das mulheres daquela época, denunciando a especificidade do caráter opressivo que sofriam e a repressão sexual. Além disso, afirma o caráter destrutivo do capitalismo para além da exploração das classes trabalhadoras:

Em alguns trechos sobre o “suicídio”, extraídos das “mémoires tirés desenvolvimento archives de la police etc., par Jaques Peucheut”, darei um exemplo dessa crítica francesa [...], que ao mesmo tempo pode nos mostrar até que ponto a pretensão dos cidadãos filantropos está fundamentada na ideia de que se trata apenas de dar aos proletários um pouco de pão e educação, como se somente os trabalhadores definhassem sob as atuais condições sociais, ao passe que, para o restante da sociedade, o mundo tal como existe fosse o melhor dos mundos (MARX, 2006, p. 22).

Como pudemos evidenciar, Marx não pensava que somente o proletariado sofria com as mazelas das consequências das relações capitalistas, apesar de ser o seu enfoque, devido ao seu papel revolucionário. Nesse sentido, podemos observar que Marx já prenunciava os conflitos em torno dos grupos sociais à medida que ia complexificando a sociedade e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas não viveu o suficiente para presenciar o desenvolvimento dos movimentos sociais.

Feita a distinção fundamental entre movimento operário (e demais movimentos de classes) e os movimentos sociais, podemos avançar na discussão.

Já que Marx não escreveu sobre os movimentos sociais, suas contribuições se

estruturam a partir de suas contribuições teórico-metodológicas. Como os movimentos sociais surgem, são produto e fazem parte da dinâmica da sociedade capitalista no geral, então é possível apontar contribuições da obra de Marx na análise dos movimentos sociais (VIANA, 2016b). O desenvolvimento da teoria da história das sociedades no geral (materialismo histórico) pode nos auxiliar a pensar a historicidade dos movimentos sociais que, assim como determinados fenômenos, surgem em determinadas condições histórica (Estado, classes sociais, etc.). Os movimentos sociais são um fenômeno específico da sociedade capitalista (e, especificamente, num determinado momento dele, já que não existem desde o seu início).

Para haver movimentos sociais é necessário que a divisão social do trabalho tenha se complexificado ao ponto de criar vários grupos sociais com interesses diferentes e o nível de desenvolvimento da consciência social esteja bastante elevado. Só existe um movimento social quando um grupo social realiza sua ação coletiva com uma regularidade e quando possui uma consciência coletiva. Essas pré-condições para a existência dos movimentos sociais só existem na sociedade capitalista. Por conseguinte, os movimentos sociais surgem com a sociedade capitalista e não existem nas sociedades pré-capitalistas (JENSEN, 2014, p. 134).

A teoria do capitalismo, desenvolvida de forma mais acabada em O capital (MARX, 2013; 2014; 2017) também nos ajuda a pensar nas consequências da dinâmica e do desenvolvimento da acumulação de capital nos grupos sociais que, devido a suas respectivas condições e insatisfações sociais, unem-se e mobilizam, criando, assim, a possibilidade da emergência de determinados movimentos sociais. Determinadas ramificações do movimento ecológico surgem para combater as consequências desenfreadas da reprodução ampliada de capital, sobretudo em um de seus aspectos mais predatórios: a destruição ambiental, via poluição, acúmulo de lixo tóxico, etc. As lutas de classe na produção entre o proletariado e a burguesia, ponto essencial da dinâmica classista da sociedade atual, também traz consequências na hegemonia dos movimentos sociais. Enfim, uma multiplicidade de consequências na produção, circulação e reprodução do capital que estão inseridas na obra de Marx que versa sobre o capitalismo. Autores reconhecidos no campo dos estudos dos

movimentos sociais assimilam, de forma coerente ou não, essa contribuição de Marx (LOJINE, 1981; BORJA, 1975; CASTELLS, 1988).

Outra contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais, e aqui encontra-se o objeto de estudo do presente texto, é a questão metodológica. Marx elaborou o método dialético que ainda é uma ferramenta intelectual imprescindível para a análise da realidade. Apesar de não ter escrito uma obra sistemática sobre a sua base metodológica, é possível perceber, em sua obra, algumas discussões acerca da construção do método utilizado por ele. O próximo tópico pretende, brevemente, explorar e constituir, a partir dos escritos do próprio Marx, os aspectos metodológicos de obra e pensamento. À guisa de apoio, também utilizaremos alguns autores (Lukács, Korsch, Kosik, Nildo Viana, etc.) que contribuíram para o desenvolvimento e aprofundamento de algumas categorias do método dialético.

## Escritos metodológicos de Marx

O método, em qualquer forma de saber, possui um valor fundamental para a análise de qualquer fenômeno (seja ele físico, químico, social, etc.). Por este ângulo, é imprescindível que qualquer base teórica tenha, como pano de fundo, uma matriz metodológica. Isto significa dizer que há uma unidade entre teoria e método de pesquisa. No pensamento de Marx, não é diferente. O materialismo histórico é a utilização de seu método na história humana. E esse método é o método dialético. Cabe dizer também, para não cair em um mero formalismo, que o método dialético está entrelaçado com a sua teoria da consciência. Ou seja, a questão aqui é saber como chegar ao real e se é possível acessá-lo via ferramentas intelectuais.

Hegel dizia que um determinado método é uma ferramenta subjetiva para se relacionar com o "objeto" (apud KOPNIN, 1978). Marx, inspirado em Hegel, mas invertendo o seu aspecto idealista/metafísico, coloca que a reconstituição da realidade concreta na consciência ocorre de forma distinta da forma como ocorre na realidade concreta em si (MARX, 1983). Por esse ângulo, o método seria um recurso heurístico (KORSCH, 1977) para efetivar a reconstituição mental da realidade. É, enfim, um mediador, entre a consciência e a realidade concreta (apesar da consciência igualmente também fazer parte dessa realidade, já que a consciência não é nada mais que o ser consciente segundo Marx).

O método dialético de Marx pode ser encontrado, de forma explícita, em alguns de seus escritos: no capítulo Método da Economia Política do livro Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 2008), A Miséria da Filosofia (MARX, 2001), a Carta a Annenkov (MARX, 2001) e o Prefácio à Primeira Edição de o Capital (MARX, 2013), assim como no Prefácio à Segunda Edição (MARX, 2013). Em toda obra de Marx podemos notar a utilização do método dialético, mesmo que de forma ainda embrionária ou faltando alguns elementos que posteriormente são incorporados. Mas é na obra O Capital (2013) que o método dialético é utilizado de forma rigorosa e coesa, apesar de ser um texto incompleto devido à morte do autor.

Marx, no primeiro prefácio de O Capital (2013), coloca que o principal instrumento de seu método é a abstração: “[...] na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [Abstraktionskaft] deve substituir-se a ambos” (MARX, 2013, p. 78). Aqui o autor coloca que, como os fenômenos da natureza são diferentes dos fenômenos sociais, é necessário utilizar outros instrumentos. A abstração é o instrumento fundamental da análise da realidade social. Marx explica o que entende por abstração no texto O Método da Economia Política:

Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão social do trabalho assalariado, o capital etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pelo nascente Economia Política. Os economistas do século 17, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir por meio da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o marcado universal. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como um processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No

primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2008, p. 258-259 – itálicos nossos).

Neste trecho Marx expressa a questão do concreto-dado e do concreto-determinado. Ou seja, o ponto de partida é igualmente o ponto de chegada, que é a realidade concreta. Mas entre os dois pontos há a mediação do processo de abstração. É a partir desse processo que ocorre a reconstituição da realidade no pensamento que, a primeiro momento, vem a partir da intuição ou da representação sobre ela, ainda caótica ou a partir de ideologias[4]. E logo após descobrir as múltiplas determinações do concreto, chega-se, então, ao concreto-determinado. O processo de abstração, então, possui algumas categorias que são recursos para chegar à análise dialética de qualquer fenômeno social. Categorias como abstração, determinação, concreto, totalidade, particularidade, fazem parte do método dialético, auxiliando na chegada, para usar termos luckasianos, da consciência correta da realidade (LUKÁCS, 1989). Para Marx, o método dialético é uma forma de não cair no canto da sereia da aparência do fenômeno, chegando a sua essência, ou seja, a sua determinação fundamental.

Não poderemos desenvolver a explicação de todas as categorias do método dialético, então focalizaremos aquela que é foco do presente texto: a totalidade. Mas antes é necessário evidenciar outro aspecto importante: o vínculo e a unidade entre o método dialético e a perspectiva do proletariado. Como colocamos anteriormente, Marx não parte de uma perspectiva neutra das ideias. Nesse sentido, para se chegar à verdade, é necessário partir da classe que tem a necessidade e possibilidade de transformar o mundo; que não há necessidade de esconder a exploração e dominação no mundo. Essa classe é o proletariado.

Passamos agora a análise da categoria da totalidade no método dialético desenvolvido por Marx.

## A categoria totalidade no método dialético

Todo método possui a formação de categorias do pensamento que são fundamentais para a compreensão da realidade. É o que diz o sociólogo Durkheim:

Na raiz de nossos julgamentos, há um certo número de noções essenciais que dominam toda a nossa vida intelectual; são aquelas que os filósofos, desde Aristóteles, chamam de categorias do entendimento: noções de tempo, de espaço, de gênero, de número, de causa, de substância, de personalidade, etc. Elas correspondem às propriedades mais universais das coisas. São como quadros sólidos que encerram o pensamento; este não parece poder libertar-se deles sem se destruir, pois tudo indica que não podemos pensar objetos que não estejam no tempo ou no espaço, que não sejam numeráveis, etc. As outras noções são contingentes e móveis; concebemos que possam faltar a um homem, a uma sociedade, a uma época, enquanto aquelas nos parecem quase inseparáveis do funcionamento normal do espírito. São como a ossatura da inteligência (DURKKHEIM, 1996, p. XV-XVI).

Cada método, circunscrito em seu marco "teórico" específico, possui um conjunto de categorias que fornece elementos para pensar o real. Este é o caso, por exemplo, do método compreensivo weberiano e suas categorias analíticas: tipo ideal, possibilidade objetiva, etc. (WEBER, 2009); do método holista durkheimiano, tal como as categorias de organismo, causalidade, etc. (DURKHEIM, 1996). O marxismo, a partir do método dialético, também possui suas categorias como colocamos anteriormente, sendo a totalidade uma das mais importantes para a compreensão da teoria marxista, já que o próprio Marx compreende o concreto e a realidade como uma totalidade. Lukács, comentando sobre a possibilidade de explicação da história humana, ressalta a importância dessa categoria:

O problema da compreensão unitária do processo histórico surge, necessariamente, como o estudo de todas as épocas e de todos os setores parciais, etc. E é aqui que se revela a importância decisiva da concepção dialética da totalidade, pois é muito possível que qualquer pessoa compreenda e descreva um acontecimento histórico de maneira essencialmente justa sem que por isso seja capaz de perceber este acontecimento no que ele realmente é, na sua função real no interior do todo histórico a que pertence. Isto é, de o perceber no interior da unidade do processo histórico (LUKÁCS, 1989, p. 27).

Quando se fala em totalidade, é necessário desmistificar algumas questões. Em primeiro lugar a totalidade não é o estudo de tudo que é real. Não é o exercício de esgotar todas as determinações, em seus mínimos detalhes e nuances. Totalidade é, fundamentalmente, a expressão que os fenômenos sociais, bem como seus desdobramentos, estão essencialmente relacionados uns aos outros e, que, portanto, não é possível pensar algum fenômeno ou determinação desse fenômeno de forma isolada:

Existe uma diferença fundamental entre a opinião dos que consideram a realidade como totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação, e a posição dos que afirmam que o conhecimento humano pode ou não atingir a “totalidade” dos aspectos e dos fatos, isto é, das propriedades, das coisas, das relações e dos processos da realidade. No segundo caso, a realidade é entendia como o conjunto de todos os fatos. Como o conhecimento humano não pode jamais, por princípio, abranger todos os fatos – pois sempre é possível acrescentar fatos e aspectos ulteriores – a tese d a concreticidade ou da totalidade é considerada uma mística. Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato quaisquer classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos reunidos em seu conjunto) não constituem, a totalidade (KOSIK, 1985, p. 35-36).

Em segundo lugar, a categoria da totalidade não é uma "invenção" de Marx. Ela foi pela primeira vez, em sua manifestação rudimentar e ideológica, enunciada na filosofia de Spinoza (KOSIK, 1985) em sua discussão acerca da relação entre natura naturans e natura naturada. A sua elaboração foi determinante na polêmica da filosofia alemã de sua época quanto a distinção entre dialética e metafísica. Marx se inspira em Hegel, mas o que distingue a perspectiva de Marx é que ela se refere a realidade concreta, ao desenvolvimento da história dos seres humanos de carne e osso, e não ao desenvolvimento autônomo do espírito como pensava Hegel. Além disso, a perspectiva do proletariado torna-se imprescindível em todos os elementos do método dialético.

De acordo com Kosik (1985), existem quatro concepções distintas sobre a totalidade, cada qual respondendo a um princípio "epistemológico" correspondente. A primeira seria a concepção atomístico-racionalista, que vai de Descartes até Wittgenstein, concebendo o todo como totalidade dos elementos e dos fatos mais simples; a segunda e terceira, as concepções organicistas e organicístico-dinâmica, representados por Schelling, Spann, Durkheim, etc., colocando que o todo predomina sobre as partes; a quarta, enfim, a concepção dialética, que vai de Heráclito, passando por Hegel e tornando-se materialista em Marx, concebendo o real um todo estruturado que se desenvolve e se cria (no caso de Marx, se criando na história real e não da representação da mesma ou de seu "espírito").

E terceira e última colocação, a categoria da totalidade não pode ser utilizada igualmente de forma isolada; as outras categorias do método dialético não só ajudam na análise da realidade, mas bem são essenciais; o método é igualmente uma totalidade de categorias que são articuladas e aplicadas na pesquisa. Nesse sentido, quando Marx afirma que o concreto é a síntese de múltiplas determinações, então aqui já demonstra que a categoria determinação tem uma relação direta com a totalidade, já que esta última é o conjunto articulado de várias determinações. Marx também afirma que entre essas múltiplas determinações há uma que é sempre a fundamental; neste caso ele usa a palavra "lei", mas no sentido hegeliano da palavra (como tendência) e não como lei objetiva, imutável, tal como usada nas ciências exatas (MARX, 2008). Nildo Viana nos dá um exemplo dessa questão utilizando a teoria da sociedade de Marx:

A totalidade, para o materialismo histórico-dialético, é a sociedade. Mas toda totalidade é composta de partes. As partes que constituem a sociedade são o modo de produção dominante, os modos de produção subordinados e as formas de regularização das relações sociais. Tais partes, por sua vez, podem ser subdivididas em outras partes. Mas elas estão necessariamente ligadas uma à outra, formando uma totalidade. O que caracteriza a concepção marxista da totalidade é a ideia de que entre as partes que compõem o todo existe uma relação necessária e que o resultado desta relação entre as partes é a totalidade. Essas partes, desta forma, exercem "múltiplas determinações" sobre a totalidade, ou seja, sobre essas partes reunidas. Acontece que uma dessas partes exerce uma "determinação fundamental" sobre as outras, ou seja, sobre a totalidade. A própria totalidade é uma derivação desta parte fundamental (VIANA, 2007, p. 106).

Por esse ângulo, a sociedade é uma totalidade, que está inserida em outra totalidade que é a natureza, que por sua vez, inserida em outra totalidade que é o universo. Não podemos perder de vista esse princípio do método dialético, que já há desdobramentos para as outras categorias bem como para a análise concreta de qualquer fenômeno social. É necessário também dizer que quem produz a sociedade (ou qualquer outro fenômeno a ser estudado, como por exemplo, os movimentos sociais) são os seres humanos reais e concretos, de carne e osso; não há brecha aqui para pensar as categorias analíticas de forma idealista; e estas só são uma autêntica ferramenta analítica se está relacionado com a realidade, se servir a análise do concreto e, fundamentalmente, estiver partindo da perspectiva do proletariado.

Em síntese, qualquer fenômeno social deve ser entendido como uma totalidade. Utilizamos o exemplo da sociedade, mas, como um recurso heurístico (KORSCH, 1977), o método dialético permite analisar qualquer fenômeno que está relacionado ao social, a tudo que versa sobre o universo do ser humano (e suas associações durante a história). Nesse sentido, os movimentos sociais, como um fenômeno social, também podem ser compreendidos como uma totalidade e ser analisado a partir do método dialético. Faremos uma breve discussão acerca dessa relação no próximo tópico.

## Método dialético, totalidade e movimentos sociais

Como colocamos no início de nossa discussão, as análises que partam da totalidade concreta para explicar os movimentos sociais são bem raros, sobretudo no meio acadêmico. Isso se dá, por um lado, pelo aprofundamento da divisão intelectual do trabalho, criando uma hiper especialização do saber; e, por outro, fragmentando desse mesmo saber em ciências especiais, isolando a realidade e elegendo apenas uma parte para explicar o todo. Isso fica claro quando analisamos a literatura hegemônica dos estudos dos movimentos sociais.

Nesse sentido, há muito se fala sobre a concepção dos movimentos sociais (GOHN, 2002; GUNDER FRANK e FUENTES, 1989). Em nível sociológico, sua discussão se dá, sobretudo, a partir de seus objetivos (BOTTOMORE, 1970) ou a partir de elementos específicos, tais como sua dinâmica, confrontos (TARROW, 2009), sua capacidade de mobilização de recursos (OLSON apud GOHN, 2002), identidade coletiva (MELLUCI apud GOHN, 2002), consequências internas e/ou externas tendo em vista suas ações e, mais recentemente, pesquisas empíricas das últimas décadas (especialmente nas décadas de 80, 90 e início do século XXI), que acentuaram as dimensões culturais e transnacional do ativismo destes movimentos (ALONSO, 2009). Enfim, por uma multiplicidade de questões que permeiam as reflexões em torno deste fenômeno.

Não obstante, o seu grande problema teórico ainda se encontra na própria definição:

O campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existe. Os movimentos são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens que são difíceis de comparar. Os vários autores tentam isolar alguns aspectos empíricos dos fenômenos coletivos, mas como cada autor acentua elementos diferentes, dificilmente se pode comparar definições. Infelizmente estas são mais definições empíricas do que conceitos analíticos (MELUCCI, 1989: p. 55).

Além desse procedimento empiricista, isolando algumas de suas características e tornando-as como essência do fenômeno, há também os pesquisadores que contribuem para uma maior confusão acerca da própria delimitação do que seja movimento social, com definições tão amplas e abstratas que confundem outros fenômenos sociais em sua definição, tais como partidos políticos, manifestações, protestos e etc. (SCHERER-WARREN, 1989).

A análise dialética dos movimentos sociais, diferentemente dos procedimentos demonstrados acima, parte não de algum aspecto isolado do mesmo, mas sim de sua totalidade. Há duas formas de abordar os movimentos sociais a partir do método dialético.

O primeiro seria a própria construção conceitual de movimentos sociais de forma dialética. Há, portanto uma forma dialética de elaboração dos conceitos (VIANA, 2016b). E esta parte de uma determinada teoria da realidade e de uma determinada teoria da consciência. Os conceitos, para Marx, expressam a realidade.

O objetivo é expressar a realidade tal como ela é, ou seja, o compromisso com a verdade é sua base intelectual e não com manipulação, estratagemas políticos, etc. Não se elabora um conceito para servir aos interesses de uma disputa política específica e sim tendo o fim geral da transformação radical e total das relações sociais, a emancipação humana, como objetivo. E esse processo é realizado através da percepção da realidade e necessidade de expressá-la, o que é realizado através do conceito. O conceito, que é um signo, é expressão da realidade, que é o significado. [...] Desta forma, na elaboração dialética do conceito se inicia pela necessidade de explicitar um significado e por isso esse processo começa pela distinção de qual aspecto da realidade se busca expressar. O significado é o ser, o aspecto da realidade, que o signo visa expressar e, portanto, é por este que se deve iniciar (VIANA, 2016b: p. 124-125).

Este procedimento é muito diferente das concepções racionalistas que criam modelos para posteriormente “inserir” a realidade nela, como o tipo ideal weberiano. Uma outra abordagem mais comum atualmente são as simplificações

conceituais em meras definições empíricas sobre determinados fenômenos: toma-se como conceito uma manifestação concreta e específica de um movimento social determinado (movimento negro, por exemplo) e generaliza para os movimentos sociais em geral.

Devido ao espaço, não poderemos desenvolver quais autores discutiram e produziram um conceito de movimentos sociais a partir do método dialético, o que já fizemos em outro trabalho (TELES, 2017), mas podemos deixar alguns apontamentos. Devemos compreender os movimentos sociais a partir de sua base social que são os grupos sociais, onde tais movimentos provocam alterações tanto internas (no próprio grupo social) quanto no conjunto da sociedade (JENSEN, 1996). Nesse sentido, o movimento social só surge quando existe uma condição ou algo que os indivíduos que compõem um determinado grupo social têm em comum. A relação entre um grupo social e movimento social é bastante abstrusa, mas como bem lembra Karl Jensen (2014), já que marca uma nova fase deste grupo social, pois possibilita expressar um desenvolvimento da consciência e da experiência deste mesmo grupo. Portanto, em síntese, é necessário atentar-se que o que há de comum em todos os movimentos sociais é que todos eles possuem como fundamento um grupo social e estes geram alterações sociais e que estão inseridos numa totalidade maior que é a sociedade.

A segunda forma de abordar os movimentos sociais numa perspectiva dialética – que pode ser um desdobramento da primeira, ou seja, após a elaboração dialética do conceito de movimentos sociais – faz-se necessário apreender suas determinações internas e articulá-las com as determinações da sociedade no geral. É impossível analisar os movimentos sociais sem relacioná-lo com o modo de produção capitalista, o Estado, a sociedade civil, a "indústria cultural" (capital comunicacional), etc. É nesse sentido que é preciso buscar qual o espaço dos movimentos sociais e seu significado dentro da dinâmica histórica na sociedade capitalista. Este procedimento de relacionar os movimentos sociais com outros fenômenos pode ocorrer a partir de um conceito que não esteja contemplado numa perspectiva dialética. Isso, sem dúvidas, traz problemas analíticos insuperáveis e intransponíveis.

Este é o caso das análises de Castells (1988; 1989) acerca dos movimentos sociais urbanos, demonstrando que a estrutura urbana, tal como o transporte, moradia, educação, etc. são afetados pela questão da reprodução da força de trabalho, o que remete as relações de produção dentro do modo de produção capitalista. Sua conceituação de movimentos sociais, no entanto, carece de uma

base dialética de elaboração, já que ele compreende os movimentos sociais como sistemas de práticas sociais contraditórias, controvertendo a ordem estabelecida a partir das contradições específicas de uma determinada questão (a questão urbana, por exemplo).

## Considerações Finais

O itinerário no presente texto demonstrou que o pensamento de Marx não só válido para análise dos movimentos sociais, mas fundamental. Apesar de não ter vivido na época de sua emergência, Marx trouxe, para além de sua teoria da história, da teoria do capitalismo e da consciência, bases metodológicas que possibilitam uma consciência correta acerca dos fenômenos dos movimentos sociais. A categoria totalidade assume importância fundamental nesse sentido. É a partir dela que podemos perceber, concretamente, as bases sociais, os objetivos e vínculos dos grupos sociais que dão origem e movimento a diversos conflitos estabelecido por grupos sociais. O que fizemos aqui foi tão-somente deixar algumas possibilidades de utilização do método dialético na análise e pesquisa dos movimentos sociais, sem pretensão de esgota o debate que ainda está aberto.

# Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BORJA, Jordi. Movimientos sociales urbanos. Ediciones Siap – Planteos, 1975.

BOTTOMORE, Tom. Os Movimentos Sociais. In: Críticos da Sociedade: o pensamento radical na América do Norte. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

CASTELLS, Manuel. Cidade, Democracia e Socialismo. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CASTELLS, Manuel. Movimientos Sociales Urbanos. México: Siglo XXI, 1988.

DURKHEIM, Emilie. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOHN, Maria da Glória. M. G. M. Sociologia dos Movimentos Sociais. São Paulo: Cortez Editora. 2014. 2 ª ed.

GUNDER FRANK, André e FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. Lua Nova, 17, junho 1989, São Paulo, 1989: 19-48.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

JENSEN, Karl. Teses sobre os Movimentos Sociais. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, N. 01, jan. /jul. 2014.

KOPNIN, P. V. A Dialética como lógica e teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KORSCH, Karl. Marxismo e Filosofia. Porto: Afrontamento, 1977.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 4° Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. Carta a Arnold Ruge. Carta dos Anais Franco-Alemães. Marxists Internet Archive, abril de 2008. Acesso em: https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m09-43.htm.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O Dezoito Brumário e Cartas A Kugelman. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. O Suicídio. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O Capital. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. O Capital. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. A Miséria da Filosofia. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? Lua Nova, vol. 10, num. 17, jun. 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais. Ensaios de Interpretação Sociológica. 3° edição, Florianópolis: Edufsc, 1989.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes Sociais e Estratificação Social. In: MARTINS, José de Souza e FORACCHI, M. M. (Orgs.). Sociologia e Sociedade. RJ, LTC, 1978.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis, Vozes, 2009.

VIANA, Nildo. A Consciência da História. Ensaios sobre o Materialismo-Histórico-Dialético. 2° edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. A Contribuição de Marx para a Teoria dos Movimentos Sociais. Revista Despierta, Ano 03, Núm. 03, 2016b.

VIANA, Nildo. O capitalismo na era da acumulação integral. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

WEBER, Max. Economia e Sociedade Vol. I. Brasília: UNB, 2009.

---

1 Sobre a conceito e a teoria dos regimes de acumulação ver o livro “O capitalismo na era da acumulação integral” (VIANA, 2009). Este regime de acumulação também é chamado de regime de acumulação fordista, por Harvey (1992).

2 Ideologia aqui entendida na própria definição de Marx e Engels (2007), ou seja, como falsa consciência sistematizada, um sistema de pensamento ilusório.

3 Não se trata de pensar classes sociais a partir da ideologia da estratificação social (STAVENHAGEN, 1979) em que se cria modelos pré-fabricados a partir de renda (ou de qualquer outra “variante”) e se aplica na realidade, sem vínculo nenhum com a realidade concreta. Compreendemos aqui classes sociais no sentido marxista, como um conjunto de indivíduos que possuem um determinado modo de vida, interesses e lutas em comum contra outras classes sociais a partir de uma determinada atividade estabelecida na divisão social do trabalho, derivada pelo modo de produção dominante (MARX, 1988; MARX, 1986; MARX & ENGELS, 2007; VIANA, 2012).

4 É necessário um esclarecimento complementar sobre o nosso entendimento do significado de ideologia. A ideologia, como falsa consciência sistematizada, inverte a realidade, mas há momentos de verdades, já que versa sobre a realidade e sua fundamentação precisa de um mínimo de estruturação e correspondência com essa realidade para possuir certa sustentação. Nesse sentido, para não começar do zero, ou seja, da intuição, já pode-se partir das ideologias que

possuem um material informativo já esboçado, organizado, etc. Foi o que Marx fez ao escrever sobre o capitalismo, assimilando o acúmulo feito pela discussão da economia política clássica (Smith, Ricardo, etc.). Caso haja já uma teoria esboçada sobre um determinado assunto, deve-se começar por ela em vez da ideologia.

# Movimentos Sociais e Marxismo segundo Jensen e Viana

Embora ainda timidamente (em comparação aos estudos que partem de outras perspectivas), existem poucos estudos e pesquisas que compreendem os movimentos sociais a partir de sua base social específica, analisando-a a partir do conjunto da sociedade, ou seja, utilizando as categorias da totalidade e especificidade, um dos recursos e categorias do método dialético formulado por Karl Marx na segunda metade do século XIX (MARX, 1983) e desenvolvido e aprofundado por outros teóricos (LUKÁCS 1989; KORSCH 1977; VIANA 2007).

Marx, ao longo de sua vida, teorizou a luta política e desenvolvimento histórico do movimento operário de sua época, bem como a análise do modo de produção capitalista, deixando um legado tanto teórico quanto metodológico que extrapola a análise e compreensão apenas do movimento operário, possibilitando a investigação de muitos outros fenômenos sociais concretos da sociedade capitalista. Portanto, grande parte da bibliografia marxista é direcionada para a reflexão do movimento operário (que tem como base as classes sociais) e não de movimentos sociais (que tem como base grupos sociais, apesar de estarem inseridos numa sociedade classista) (JENSEN, 1996).

Nesse sentido, a primeira questão que devemos pontuar é: Marx não escreveu e teorizou sobre os movimentos sociais. Durante sua vida e em seu desenvolvimento intelectual, os movimentos sociais ainda não existiam de forma efetiva (ou existiam, mas de forma muito embrionária e incipiente). Poucos foram os autores que avançaram, de forma coerente, na discussão em torno dos movimentos sociais na perspectiva marxista; e muitos, deformando ou retirando o seu caráter político, caíram em análises insuficientes ou ecléticas que não conseguiam explicar o fenômeno (LOJKINE 2007; BORJA 1975; CASTELLS, 1991).

Em nossa perspectiva, dois autores são fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais numa perspectiva dialética, ou seja, marxista. Estes são Karl Jensen (1996) e Nildo Viana (2016). O primeiro, no texto “Teses Para Os

Movimentos Sociais" (1996), tem o mérito de colocar em discussão o ponto fundamental de qualquer movimento social: os grupos sociais. Este aspecto é o ponto de partida que irá guiar o autor na confecção das dez teses. Apesar disso, em Jensen, ainda não há um desenvolvimento de um conceito e concepção de movimentos sociais, mas tão-somente uma definição e a análise de alguns de seus aspectos que, inclusive, contribui para o avanço que há no livro "Os Movimentos Sociais" de Nildo Viana (2016). Neste último, há um aprofundamento e desenvolvimento de uma teoria dos movimentos sociais, buscando desenvolver um universo conceitual que dê conta de explicar o fenômeno social. Nesse sentido, no presente texto, buscamos reconstituir a concepção de movimentos sociais nesses autores.

## O conceito de movimentos sociais na concepção marxista

Nildo Viana define movimentos sociais como "mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos" (VIANA, 2016: p. 43). A mera apresentação do conceito não é suficiente para efetivar o processo analítico dos movimentos sociais. É por isso que iremos explicitar cada elemento que constitui o todo, ou seja, para compreendermos o conceito e o próprio fenômeno concreto dos movimentos sociais, é necessário explicitarmos e explicarmos o significado de "grupos sociais", "situação social", "insatisfação social", "senso de pertencimento" e "objetivo".

Antes de analisarmos os elementos que constituem os movimentos sociais, é necessário explicitar, também, o significado e definição de "movimento" e "social" do conceito de movimento social.

Um movimento é uma palavra polissêmica. Podemos falar em movimento com diversos sentidos diferentes: na astronomia, o movimento é caracterizado como o deslocamento dos corpos celestes; na música, pode ser definido como uma das partes de uma composição musical; nas artes plásticas é visto como um recurso utilizado para dar animação a uma obra de arte, etc. No entanto, o seu sentido mais conhecido é o físico: inconstância na posição espacial de um objeto no decorrer do tempo. Em verbete sobre essa discussão, Lobkowics traz a seguinte reflexão:

Habitualmente, na linguagem vulgar se denomina movimento somente as mudanças de lugar e situação. Pelo contrário, antes de se impor a opinião de que as mudanças de lugar e situação diferem fundamentalmente das demais mudanças (Galileu, Descartes, Newton), os filósofos utilizavam a expressão 'movimento' como sinônimo de 'mudança' (Aristóteles, escolástica) (LOBKOWICZ, apud VIANA, 2016. p. 21).

Karl Jensen, por sua vez, traz uma abordagem mais refinada, colocando novos elementos para se pensar a palavra/categoria "movimento":

Movimento, num sentido físico, significa um deslocamento de um corpo de um lugar para outro. Neste sentido, a ideia de movimento teria uma conotação meramente espacial. Entretanto, tiramos duas lições desta noção de movimento: em primeiro lugar, só se pode falar de movimento falando daquilo que se movimenta (no caso, o corpo); em segundo lugar, um movimento sempre provoca uma alteração naquilo que se movimenta (a posição espacial). Portanto, notamos que todo movimento possui os agentes que lhe dá vida e que se alteram graças a ele (JENSEN, 2014, p. 129)

Porém, estas definições ainda não conseguem captar a especificidade do "movimento" dentro do conceito de movimentos sociais. Em todas elas há o reconhecimento da palavra enquanto uma categoria do pensamento humano (espaço, tempo, direita, esquerda etc.). É necessário, mais do que isso, pensar movimento enquanto conceito[1] e não como categoria (entendida aqui como uma ferramenta intelectual):

A transformação de uma categoria em conceito exige sua união com algo real, concreto. Por isso acrescentamos um outro termo complementar, que é o termo "social", pois assim passamos a nos referir a algo existente realmente e não apenas uma ferramenta intelectual. Em outras palavras, a categoria movimento acompanhada do conceito "social", o transforma, também, em um conceito" (VIANA, 2016, p. 24).

Nesta perspectiva, podemos perceber que o movimento significa um determinado deslocamento social. O que se desloca nos movimentos sociais são os grupos sociais.

O grupo social é o elemento fundamental dos movimentos sociais. Um movimento só é social se este possuir seres humanos, reais e concretos, que efetivam o deslocamento (social). A importância do grupo social se dá justamente por evidenciar o tipo específico de agrupamento humano que realiza este deslocamento. Logo, não se trata de pensar o grupo social de forma abstrata, como um imenso grupo[2] (LAPASSADE, 1989) ou coletivo organizado, mas sim de um conjunto de pessoas que possuem algo em comum. Jensen nos fornece um exemplo do movimento das mulheres:

Tomemos um exemplo: o movimento das mulheres. Este é o grupo social que lhe movimenta. Este conjunto de pessoas, este grupo social, possui em comum o fato de todos os seus membros pertencerem ao sexo feminino. Esta é a motivação interna do movimento. Entretanto, o simples fato de pertencer ao sexo feminino não cria nenhum movimento social, pois somente no interior de determinadas relações sociais é que pertencer ao sexo feminino cria a necessidade de ação coletiva. Essas relações sociais certamente se baseiam na opressão do sexo feminino e é esta a motivação externa deste movimento social. O mesmo ocorre com o movimento negro: o simples fato de pertencer à raça negra não é motivo suficiente para surgir um movimento social, mas, quando a raça negra se vê oprimida, então surge a sua necessidade. Um movimento social só existe quando o conjunto de pessoas que o compõe possuem aspectos comuns, que podem ser tanto biológicos (raça, sexo) quanto culturais e ideológicos (projeto político) (JENSEN, 2014, p. 48).

Partindo deste pressuposto, podemos ter diversos grupos sociais, derivados de sua condição corpórea, de sua situação social e das relações culturais. É nesse sentido que Viana (2016) distingue os grupos sociais em orgânicos, situacionais e culturais.

Os grupos orgânicos, onde sua característica fundamental se baseia em sua corporeidade, é um grupo social em que os indivíduos constituintes deste, independentemente de suas escolhas individuais, se baseiam em seus aspectos biológicos ou de sua condição física. Este é o caso da questão do sexo (masculino e feminino), das raças (branca, negra, amarela, etc.), deficiência física e etc. Os grupos situacionais baseiam-se na sua própria situação social,

onde esta última que gera o grupo social; este é o caso, por exemplo, dos estudantes. O movimento estudantil só existe porque existe a situação e condição estudantil. Em grande parte, os grupos situacionais têm uma especificidade que é a sua situação social que cria e desenvolve o grupo social (o mesmo ocorre também em grupos sociais culturais), não o contrário, como no caso dos grupos orgânicos. Por fim, os grupos sociais culturais compõem sua unidade grupal em torno de suas crenças, doutrinas e demais expressões culturais. Podemos colocar os pacifistas e ecologistas como exemplos deste grupo.

Apesar da importância dos grupos sociais, apenas sua mera existência não automaticamente gera movimentos sociais:

Um grupo social só existe, aliás, quando existe este algo comum a todos os seus membros. Portanto, a base de um movimento social é o grupo social que lhe movimenta. Mas é possível haver um grupo social e este não produzir nenhum movimento? Isto pode ocorrer em determinadas condições históricas como, por exemplo, os membros do grupo social estão isolados uns dos outros ou então a necessidade (motivação interna e/ou externa) não é muito forte ou consciente ou, ainda, quando a repressão é muito forte (JENSEN, 2014, p 131).

Jensen coloca três elementos importantes para se pensar como um grupo social não gera automaticamente um movimento social. O primeiro deles, que é o isolamento social, trata-se de quando vários indivíduos de um mesmo grupo social (seja ele orgânico, situacional ou cultural) estão isolados (podendo ser tanto espacial quanto socialmente), o que impossibilita a própria comunicação entre os indivíduos e suas respectivas mobilizações coletivas. O segundo elemento é a necessidade de a mobilização não ser muito forte ou consciente. Este é o elemento fundamental, sobretudo o aspecto da consciência. Um grupo social pode existir, mas se este não percebe uma determinada situação social que gere uma determinada insatisfação social (geralmente de opressão, sofrimento, etc.), não se criará um movimento social. Se um grupo de negros, em uma grande metrópole mundial, que sofre preconceito e racismo cotidianamente, não tiver consciência dessa situação social, então não provocará o desenvolvimento de um movimento social. E isto vale para qualquer tipo de grupo social. O terceiro e último elemento é a repressão. Em determinados contextos históricos

(o fascismo na Europa na primeira metade do século XX, as ditaduras militares latino-americanas a partir da década de 60, etc.) a repressão é tão intensa e totalizante que a mobilização dos grupos sociais é obliterada ou minada, sendo proibida a sua mobilização; os que ainda resistem são jogados na ilegalidade e/ou perseguidos.

Se apenas a condição de existência dos grupos sociais não engendra um movimento social, então como este é desenvolvido? O conceito complementar que nos auxilia a pensar a possibilidade da criação de um movimento social é o de situação social:

A existência de um grupo social e o pertencimento dos indivíduos a ele geram uma condição de possibilidade, ou uma precondição, mas é necessário algo externo que faz com que tal grupo tenha alguma necessidade de gerar um movimento[3]. Essa "motivação externa" é a situação social, ou seja, ainda no exemplo do movimento negro, o fato de indivíduos possuírem as mesmas características fenotípicas e, por conseguinte, pertencerem ao mesmo grupo social, não gera um movimento social. Se as relações entre as raças fossem igualitárias, então não haveria motivo para mobilização. No entanto, se as relações raciais são marcadas pela opressão, discriminação, segregação, então temos uma situação social que tende a gerar um movimento social deste grupo. [...] A situação social é fundamental para explicar os movimentos sociais, pois é ela que faz surgir determinado grupo social ou então que ele tenha necessidade de agir e lutar. Claro que a criação de um grupo social não é suficiente para ele gerar um movimento social, pois dependendo das relações sociais concretas e do grau de conformismo, isso pode não ocorrer. Além da existência do grupo social, é necessário que a existência de uma situação social específica, que é marcada por opressão, necessidades não atendidas, descontentamento com a sociedade ou aspectos dela, difusão de ideologias ou doutrinas que geram inimigos imaginários ou alvos de ódio ou ressentimento, etc. (VIANA, 2016, p. 31-33).

A situação social é também uma determinação dentro da análise dos movimentos sociais, sendo igualmente (assim como os grupos sociais) uma pré-condição para a sua existência. No entanto, ainda são necessárias outras determinações que nos auxiliem a pensar o surgimento de um movimento social, quais sejam: a

insatisfação social, o senso de pertencimento, mobilização e objetivo.

A insatisfação social é derivada de uma situação social específica. Ela pode aparecer a partir da má estrutura das escolas, falta de estrutura sanitária, existência de miséria, destruição ambiental, maltrato com os animais, racismo, opressão sexual, etc. Estes são os exemplos que mais apareceram nos estudos dos movimentos sociais e suas insatisfações; no entanto, é necessário abandonar a ideia idílica dos movimentos sociais, pois nem todos estão relacionados à justiça, bem-estar dos grupos sociais, humanismo, etc. A KKK (Ku Klux Klan), ramificação do movimento racista, originado nos Estados Unidos, é um exemplo de um movimento social conservador cuja insatisfação social foi forjada pela abolição da escravatura e da inserção do negro na sociedade civil norte-americana. Como bem disse Viana:

[...] a insatisfação social é derivada não só da situação, mas da percepção dela e essa última pode ser adequada e justa ou não. Em alguns casos, a situação, tal como o racismo ou destruição ambiental, gera uma insatisfação social legítima, mas muitas vezes também pode ser ilegítima, tal como a dos racistas com a ascensão social dos negros ou daqueles que se preocupam com a imagem social dos alienígenas, seres cuja existência ou contato nem sequer é algo concreto. Num caso, temos determinados interesses e valores condenáveis, e, noutro, criações imaginárias sem sentido. A insatisfação é algo que pode se manifestar diante de injustiça, opressão, destruição, ou apenas uma moeda de troca, busca de vantagens e privilégios, ou manutenção dos mesmos, ou, ainda delírios e desequilíbrios psíquicos (VIANA, 2016; p. 34).

Não perceber que a insatisfação social pode ser fabricada ou incentivada por ideologias ou representações cotidianas ilusórias, é não compreender os movimentos sociais em sua complexa dinâmica. Grande parte da literatura dos movimentos sociais analisa tão-somente os movimentos sociais que se estruturam em situações justas de mobilização, o que acaba criando uma falsa sensação que todos os movimentos sociais têm, como princípio, a melhora da situação do grupo social que se mobiliza. É necessário, nesta perspectiva, novos estudos que reflitam e analisem os movimentos sociais conservadores, tais como os racistas, xenófobos, etc.

A mera insatisfação social também não produz um movimento social; é necessário também a consciência coletiva da insatisfação e do próprio grupo social. Exatamente por isso que outra determinação para se analisar um movimento social é o senso de pertencimento. Um indivíduo de um determinado grupo social, estando isolado e sem a consciência e se organizando com outros indivíduos do mesmo grupo social, não se mobilizando a partir de sua situação/insatisfação social de forma coletiva ou compartilhada, não engendra um movimento social. Nesse sentido, o senso de pertencimento significa o reconhecimento de que a insatisfação social não é um problema do indivíduo ou resolvida individualmente, mas sim coletivamente, do conjunto dos indivíduos que compõem um grupo social (e também pelos apoiadores alóctones[4] se for o caso). É derivado desse senso de pertencimento que um determinado grupo social, a partir de sua situação e insatisfação social, compõe seus objetivos e busca se mobilizar.

Por fim, o último elemento definidor e constituinte de um movimento social é o objetivo. O objetivo, como o próprio nome expressa, significa a finalidade de um determinado movimento social, aquilo que ele quer que seja solucionado. Cada movimento social elenca objetivos específicos que façam sua situação ou insatisfação serem solucionadas. Devemos, no entanto, perceber que um movimento social não é homogêneo. Quando se fala em movimento negro, não podemos achar que todos que fazem parte dele pensam, mobilizam-se e têm objetivos similares. Uma determinada parte do movimento negro pode reivindicar igualdade entre as raças, outras a supremacia do negro diante das outras raças, ou, especificamente, microreformismos e vantagens da sociedade capitalista. Apesar de todas essas reivindicações serem de um mesmo grupo social, elas se destoam do ponto de vista de consciência e organização de como superar (ou dissimular) uma determinada situação social. É nessa perspectiva que podemos falar em ramificações nos movimentos sociais:

Uma adequada compreensão dos movimentos sociais torna necessária a percepção de que eles produzem diversas ramificações. Um movimento social pode ser considerado um caule do qual brotam diversos ramos. Essa metáfora ajuda a entender o conceito de ramificação no sentido que aqui o utilizamos, significando derivações dos movimentos sociais, sendo partes deles sem ser sua totalidade ou ele mesmo. Um movimento social pode gerar manifestações, organizações, subgrupos, representações, ideologias, etc. [...] Uma vez

consolidado um movimento social, então ele tende a gerar ramificações, muitas vezes contraditórias e isso se deve à divisão das sociedades em classes antagônicas e diversas outras divisões e subdivisões sociais, diversidade de interesses, além das lutas culturais e outras determinações. Da mesma forma é possível que uma ramificação de um movimento social acabe se autonomizando e se distinguindo dele. Isso ocorre quando tal ramificação se autonomiza ao ponto de criar interesses próprios que já não são os mesmos do movimento social que lhe deu origem, embora possa manter isso no discurso e manter algumas reivindicações, mas sobrepostas a outras que são mais importantes, tal como os partidos Verdes, derivados do movimento ecologista (VIANA, 2016, p. 40-42).

Estes são os elementos fundamentais da conceituação de movimentos sociais feita por Karl Jensen e Nildo Viana. É necessário, também, aprofundar a discussão sobre movimentos sociais e inseri-la na dinâmica da luta de classe na sociedade capitalista, bem como sua relação com o Estado, cultura, etc., também efetivada pelos autores.

## Movimentos sociais, lutas de classe e regimes de acumulação

No tópico anterior apresentamos o conceito de movimento social trazendo seus principais elementos e explicando cada um deles. No entanto, a discussão sobre os movimentos sociais se manteve abstrata, sem inseri-la (excetuando os exemplos) na realidade concreta. No presente tópico buscamos articular a discussão dos movimentos sociais com as lutas de classes e o seu desenvolvimento histórico, ou seja, a partir dos regimes acumulação.

A dinâmica da sociedade capitalista é regida pela dinâmica das lutas de classes. Nesse sentido, os movimentos sociais, sendo seu arranjo social baseada em grupos sociais, têm um vínculo substancial com a questão das classes sociais na sociedade capitalista. Isto significa dizer que a composição social dos movimentos sociais é, fundamentalmente, uma composição de classes. Os grupos sociais não são homogêneos; dentro de um mesmo grupo social, como as mulheres, por exemplo, podemos ter diversas manifestações de classes ou subdivisões destas: mulheres burguesas, mulheres operárias, mulheres intelectuais, mulheres camponesas e etc.

Deriva disso que os movimentos sociais estão imersos e são uma determinada resposta da luta de classes na sociedade capitalista. Por fim, qual a diferença então entre movimentos sociais (tendo como base social os grupos sociais) e o movimento de classe (tendo como base as classes sociais)? Viana nos dá alguns elementos importantes:

[...] As classes sociais diferem dos grupos sociais que estão na base dos movimentos sociais porque são geradas social e historicamente (ao contrário dos grupos orgânicos) e possuir interesses comuns (o que nem sempre ocorre nos grupos sociais), além de que nem sempre tais grupos também efetivam lutas em comum contra outras classes (ou grupos). Contudo, o elemento fundamental é que a sua delimitação ocorre via divisão social do trabalho no sentido mais geral do termo. [...] As classes sociais são um conjunto de indivíduos submetidos à

divisão social do trabalho na sociedade e é isso que gera um modo de vida comum, interesses comuns e luta comum contra outras classes sociais. Os grupos situacionais, que são os grupos sociais citados que mais podem ser confundidos com as classes sociais, são ou subdivisões destas ou produtos transitórios ou determinados por local de moradia, demandas sociais, situação social, etc. (VIANA, 2016: p. 52-53).

Nesse sentido, podemos dizer que os movimentos sociais podem ser monoclassistas (constituídos tão-somente por uma classe social) ou policlassistas (constituídos por duas ou mais classes sociais). O exemplo do movimento das mulheres expressa o segundo caso e o movimento dos sem-teto como expressão do primeiro (neste caso a classe social seria o lumpemproletariado).

Essa discussão nos remete a analisar e compreender a composição de classe dos movimentos sociais (e suas ramificações) bem como a sua hegemonia interna. Novamente, retomemos o exemplo do movimento das mulheres: a composição de classe de determinada ramificação do movimento das mulheres estabelece e determina seus objetivos, formas de mobilização, tipo de insatisfação, etc. Uma determinada ramificação do movimento de mulheres que tenha em sua composição de classe mulheres burguesas será radicalmente distinta de um movimento de mulheres que tenha como composição mulheres proletárias, subalternas, lupemproletárias, etc. É por esse motivo que o pertencimento de classe é o elemento fundamental da composição social de um movimento social. É a partir disso que Viana (2016) irá colocar a existência de três variedades de movimentos sociais a partir de suas composições sociais: os movimentos sociais conservadores, reformistas e revolucionários. De forma sintética, analisaremos cada um deles apresentando seus elementos fundamentais.

Os movimentos sociais conservadores são predominantemente monoclassistas e manifestam a hegemonia burguesa no seu interior. Suas mobilizações apontam para a reprodução da sociedade capitalista, reforçando e conservando seus elementos constituintes fundamentais em articulação com as demandas específicas dos grupos sociais que os mobilizam. Os dois conceitos que buscam explicar este movimento é o de aloctonia e intolerância. O primeiro significa uma aversão ao alóctone, visto como inferior, perigoso, ameaçador, etc. O segundo conceito, derivado do primeiro, significa o sentimento e a predisposição mental que este tem com o autóctone. Um exemplo de movimento social

conservador é o movimento racista.

Os movimentos sociais reformistas são predominantemente policlassistas, sendo a variedade de movimento social com o maior número de indivíduos mobilizados. Sua hegemonia interna também é burguesa, mas em determinados contextos históricos também pode possuir uma hegemonia burocrática. A determinação fundamental que fazem as mobilizações dos movimentos reformistas é a sua ação destinada ao Estado (podendo ser de colaboração ou de oposição). Nesse sentido, os dois conceitos fundamentais que nos auxilia a pensar essa variedade de movimento social são os de reivindicação e Estado. A questão da reivindicação se dá na insatisfação específica de cada movimento social (como por exemplo a opressão das mulheres, racismo, falta de moradia, etc.). Esta reivindicação é feita e endereçada, como já dissemos, ao Estado. Sendo a variedade de movimento social com maior número e alcance de mobilizações derivado ao seu caráter essencialmente policlassista, podemos também elencar três tendências dentro dos movimentos sociais reformistas; quais sejam: conservadores, reformistas e revolucionárias. A tendência conservadora expressa a hegemonia burguesa dentro dessa variedade a partir, sobretudo, de grupos orgânicos que expressam um aloctonismo e autoctonismo exacerbado devido ao ressentimento provocado por determinados tipos de opressão, criando um maniqueísmo.

Determinadas ramificações do movimento negro podem exemplificar esta questão. Entre elas, fala-se em uma suposta “dominação branca” sobre tudo e todos, abstraindo se o indivíduo branco é racista ou antirracista, burguês ou proletário e etc. Nestas ramificações, em suas versões mais radicais, as pessoas de cor branca são colocadas como essencialmente racistas e que devem ser combatidas devido a isso. A tendência reformista abraça os elementos definidores dessa variedade específica de movimento social, constituindo a reivindicação endereçada ao Estado como seu objetivo maior. Por fim, a tendência revolucionária é, quase sempre, dissidente e minoritária nos movimentos sociais reformistas. A vigência cultural (hegemonia) predominante é a proletária. Devido ao seu posicionamento, essa tendência possui uma maior volatilidade e muitas vezes abandona sua posição revolucionária. Suas ações não são endereçadas ao Estado e nem para grupos alóctones, mas sim ao proletariado (como classe) e para a hegemonia proletária (contribuindo para a luta cultural desta classe).

Por fim, os movimentos sociais revolucionários são raros devido suas próprias

posições em sua manutenção na sociedade capitalista, sobretudo em tempos de hegemonia burguesa. Suas características são as mesmas que a tendência revolucionária nos movimentos sociais reformistas, mas sem as ambiguidades das mesmas.

Em síntese,

A dinâmica da luta de classes atinge, desta forma, todos os movimentos sociais e tendência no seu interior. Os movimentos sociais reformistas tendem a ser a maioria e predominante em épocas de estabilidade e perdem espaço com a radicalização da luta e perda de estabilidade, sendo que em épocas de crise há um processo de fortalecimento progressivo dos movimentos sociais conservadores e revolucionários. Evidentemente, isso ocorre mais a nível geral. Em ramificações, produções intelectuais, tendência, etc. esse processo também atua, mas possui especificidades e processos particulares (VIANA, 2016: p 80).

Os movimentos sociais, envolvidos na luta de classes, são influenciados e influenciam a dinâmica dos conflitos sociais da sociedade capitalista. Nesse sentido, o processo de produção e valorização do capital, bem como a associação reguladora desse processo, o Estado, possuem diretamente influência sobre os rumos que tomam a variedade dos movimentos sociais.

Sendo assim, torna-se necessário uma discussão acerca da relação dos movimentos sociais com os regimes de acumulação, bem como um dos seus elementos definidores, o Estado. As determinações fundamentais desses dois fenômenos que incidem diretamente sobre os movimentos sociais são: a crescente mercantilização, ocasionada pelo desenvolvimento da acumulação de capital, e a crescente burocratização gerada pela configuração estatal durante o próprio desenvolvimento dos regimes de acumulação.

Os regimes de acumulação buscam a sobrevivência e a reprodução do capitalismo, sendo também uma determinada configuração das lutas de classe no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, as formas sociais (o que Marx, alegoricamente, chamou de” superestrutura”) são irradiadas por essa dinâmica e sofrem implicações diretas desse processo; por consequência, os movimentos sociais também são atingidos:

[...] É necessário destacar que esses regimes de acumulação atuam diretamente sobre os movimentos sociais, através da mutação do processo de valorização e suas consequências sociais, da nova forma estatal, que tem impacto direto sob a maioria dos movimentos sociais, bem como nas relações internacionais, que geram processos de influências e mutações locais. Um regime de acumulação significa um rearranjo geral na sociedade capitalista e, por conseguinte, também gera diversos efeitos indiretos (mutação cultural e ideológica, nas lutas de classe na sociedade civil, nos grupos sociais, na vida cotidiana, etc.) (VIANA, 2016: p. 87).

Uma das consequências diretas do modo de produção capitalista que incidem sobre os movimentos sociais é a crescente mercantilização. Com a tendência de reprodução ampliada do capital, as relações mercantis vão desaguando para além das relações de produção capitalista, invadindo as relações sociais. É o movimento expansivo do capital: tudo começa a tornar-se mercadoria. Logo, a necessidade financeira é vista como uma necessidade da própria existência dos indivíduos, onde tudo deve ser comprado ou trocado por dinheiro. Os movimentos sociais são atingidos por esse processo, já que suas mobilizações envolvem recursos financeiros. Viana (2016) nos apresenta dois conceitos fundamentais para analisar como a mercantilização traz consequências para os movimentos sociais: as ondas e escalas de mercantilização.

O conceito de ondas de mercantilização[5] está ligado, fundamentalmente, aos regimes de acumulação: a cada novo desenvolvimento da acumulação de capital, uma determinada configuração do caráter mercantil da sociedade é mudada. Os movimentos sociais surgem na terceira onda de mercantilização, que corresponde ao regime de acumulação intensivo[6], em que as organizações operárias surgem de forma mais cristalizada (partidos, sindicatos) e a mercantilização começa a tomar corpo em diversos espaços na sociedade onde ainda não tinha conseguido chegar (como às universidades, por exemplo). No entanto, os movimentos sociais neste momento ainda são muito incipientes do ponto de vista de força política e mobilização; na era da acumulação conjugada, com o que ficou conhecido como "sociedade do consumo" (LEFEBVRE, 1991), onde ocorre a falsa suposição da integração da classe operária na sociedade capitalista, que os movimentos sociais tomam vitalidade e força. É nesse regime

de acumulação que a mercantilização invade a cultura, o lazer e também as mobilizações políticas diversas. A questão da escala mercantil é consequência desse processo e infere diretamente sobre os movimentos sociais.

Todo movimento social, no capitalismo, precisa, obviamente, de recursos financeiros. Mesmo um grupo informal, que é uma ramificação de um movimento social (estudantil, juvenil, feminino, etc.), precisa de algum recurso para realizar suas atividades e promover alguma mobilização: produzir panfletos, revistas, realizar manifestações, protestos, abaixo-assinados. Esses recursos financeiros podem ser mínimos ou até um pouco mais extenso, dependendo das atividades e gastos envolvidos. Assim, o cálculo mercantil aparece, mas sob forma muito limitada e sem criar impacto no movimento ou em suas ações. As fontes de recursos podem ser contribuição dos integrantes, realização de atividades que promovem arrecadação de dinheiro (Festas com vendas de ingressos, por exemplo) ou doação externa (VIANA, 2016: p. 93).

Viana nos apresenta os aspectos da questão da escala mercantil e dá exemplo de movimentos sociais com uma escala mínima mercantil. Neste nível, o processo de cooptação é raro, já que os recursos financeiros necessários são mínimos e podem ser viabilizados pelo próprio grupo social. Nessa escala, os recursos financeiros não são uma necessidade imperativa que constrange os movimentos sociais a torná-lo como uma de suas necessidades.

Já a escala mercantil média, em que a necessidade financeira se torna uma obrigação para a efetivação de seus objetivos, atinge, sobretudo, as organizações mobilizadoras dos movimentos sociais. As organizações mobilizadoras são determinadas ramificações dos movimentos sociais, que pressupõem uma maior complexidade organizacional em sua composição, um conjunto de ações, etc. Aqui já surge o cálculo mercantil, cujo intuito é buscar estratégias para aquisição de recursos, tanto para a manutenção da própria organização quanto para os gastos em mobilizações (de acordo com o objetivo de cada movimento social). A escala média também pode atingir indivíduos ou tendências dos movimentos sociais, o que pode surgir o processo de cooptação e mudança nos próprios objetivos dos movimentos sociais ou nos indivíduos (isoladamente ou não) que os compõem.

Por fim, a escala máxima de mercantilização é onde versa o limiar entre uma determinada ramificação do movimento social (sobretudo as organizações mobilizadoras) e o próprio movimento social. Nesta escala, a mercantilização pode se tornar tão intensa que a procura e a captação de recursos tornam-se um objetivo em si mesmo, autonomizando este novo interesse com o interesse da mobilização.

É preciso deixar claro que a escala máxima de mercantilização é a fronteira que, uma vez ultrapassada, significa que a organização, indivíduo, etc., deixa de ser parte do movimento social. Ao ultrapassar essa fronteira, a organização se torna burocrática e, tendo objetivos próprios, por mais que diga que seu objetivo ainda seja o do movimento social ao qual supostamente estaria ligado. [...] No caso de indivíduos, ultrapassar tal fronteira significa que ele persegue tão-somente objetivos pessoais, especialmente o retorno financeiro, e o objetivo do movimento social é apenas discurso para justificar, legitimar e garantir tal retorno. (VIANA, 2016, p. 95-96).

As escalas de mercantilização irão atingir todos os movimentos sociais. No plano concreto, cada uma das variedades dos movimentos sociais (conservadores, reformistas e revolucionários) irá compor uma determinada forma de como lidará com esta questão. Em nível geral, os movimentos conservadores estarão entre a escala máxima e média de mercantilização devido à própria composição de classe desses movimentos, já que a grande maioria advém das classes privilegiadas. Os movimentos sociais reformistas já são mais amplos, o que vai depender de suas tendências para determinar suas escalas de mercantilização (podendo ir de máxima à mínima). Já os movimentos sociais revolucionários, pelo seu próprio caráter de recusa do processo de mercantilização e burocratização, necessitam estar na escala mínima de mercantilização, pois em coerência aos seus objetivos de contribuição para a luta pela transformação social, devem buscar novas formas de mobilização e sociabilidade que não sejam as capitalistas.

Em síntese, o processo de valorização do capital nos remete à crescente mercantilização das relações sociais, o que por sua vez traz consequências diretas na dinâmica dos movimentos sociais.

Um outro elemento dos regimes de acumulação que possui uma fundamental importância é a configuração estatal dentro do desenvolvimento de acumulação de capital. Partindo dessa perspectiva, iremos analisar a relação entre movimentos sociais e Estado.

O Estado é a principal forma de regularização da sociedade capitalista. Sua influência se dá quase na totalidade das relações sociais presentes ao longo do desenvolvimento histórico capitalista. No entanto, o Estado não é um fenômeno neutro, uma "entidade" que serve a tudo e a todos da mesma forma. Como bem disse Marx (1992), o Estado é uma associação da classe dominante para fazer seus interesses perpetuarem ao longo do tempo. Sua razão-de-ser é contribuir para a manutenção da sociabilidade capitalista, inclusive sendo derivada do próprio modo de produção capitalista (MATHIAS e SALAMA, 1983).

O Estado capitalista é um aparelho privado da burguesia na luta pela garantia das melhores condições regularizadoras da exploração do trabalho. Ele é parte constituinte da luta de classes e se posiciona impetuosamente a serviço das ordens do capital, portanto, a burocracia, classe social que lhe dá vida, é a principal classe responsável por, na prática, tornar a regular o capitalismo. Legislar sobre o trabalho a partir dos interesses da burguesia, garantir a propriedade privada e a ordem pública (espaço de produção e reprodução do capitalismo em sua totalidade), essas são suas verdadeiras tarefas de classe, as outras funções do estado (garantia da segurança, saúde, educação, moradia trabalho etc.) são, para as classes exploradas, ilusórias, visto que, apesar de existirem, atendem muito precariamente aos interesses e necessidades dessas classes. Uma análise pormenorizada das constituições capitalistas nos permite perceber que direitos humanos básicos (direito a vida, moradia, alimentação, educação, segurança, trabalho, terra etc.) e participação política efetiva garantidos pelo Estado é uma ficção. As ações do estado devem ser encaradas como elas realmente são: ações da burguesia mediada pela burocracia, visando à reprodução do capitalismo em condições históricas e sociais variáveis (BRAGA, 2016: p. 06)

Como um grande regulador da sociedade, os movimentos sociais não escapam da regulação do Estado. Viana (2016) demonstra que as principais formas de

atuação do aparato estatal em relação aos movimentos sociais são: a cooptação, a burocratização e a repressão. Comecemos pela primeira.

Existem dois tipos de cooptação: a direta ou indireta. A primeira refere-se à cooptação realizada pelo próprio Estado que é efetivada quando existe um processo de financiamento do aparato Estatal sob os movimentos sociais, bem como cargos e outras vantagens. A cooptação indireta é a partir de instituições ou subterfúgios legais que ofuscam a visibilidade do processo de cooptação. Um exemplo do primeiro tipo de cooptação seriam as lideranças de algumas organizações mobilizadoras de movimentos sociais que são elencados para assumir cargos dentro do aparato estatal, conseguindo, assim, benefícios próprios. Exemplo do segundo seria empresas ou instituições estatais que financiam movimentos sociais via editais, concursos e etc. Uma forma de cooptação indireta importante são as políticas estatais (ou conhecidas como "políticas públicas"). As políticas estatais mudam em cada regime de acumulação, assumindo aquilo que podemos chamar de ordenamento. "Em cada uma delas, há uma forma de cooptação dos movimentos sociais" (VIANA, 2016, p. 104). A cooptação atinge mais os movimentos sociais reformistas, sobretudo sua tendência hegemônica em seu interior.

Outro elemento da relação entre Estado e movimentos sociais é a burocratização (que está diretamente ligada ao processo de cooptação). Um movimento social, quando começa a crescer e possuir necessidade de recursos financeiros, gera igualmente uma necessidade de formalização, gestão e demais aspectos que contribuem para a burocratização.

As próprias exigências legais para reconhecimento jurídico, elemento necessário para algumas atividades (além do financeiramente), é outro elemento incentivador de burocratização. Outra forma de incentivar a burocratização através dos regimentos internos de suas instituições, que geram exigências organizacionais, tal como no caso das instituições de ensino (universidades, escolas), que criam regras formais e burocratizantes para a existência de organizações estudantis (VIANA, 2016: p. 105).

Nesse sentido, podemos analisar a burocratização dos movimentos sociais, a

partir da sucessão de ondas de burocratização na sociedade civil, seguindo e obedecendo, simultaneamente, a sucessão de regimes de acumulação. A primeira onda de burocratização, devido à incipiência da formação dos movimentos sociais naquele tempo histórico, não trouxe muito impacto na sociedade civil. É a partir da acumulação conjugada que os movimentos sociais irão ser impactados de forma mais intensa e frequente, onde determinadas ramificações de movimentos sociais começam a se autonomizar e tornaram-se burocracias formais ou informais, desligando inclusive dos próprios movimentos sociais que os deu origem. Estudos que analisem de forma aprofundada e criteriosa as ondas de burocratização e sua relação com os movimentos sociais ainda estão por serem feitas, já que seu campo de estudo, a partir desse universo conceitual, é recente na teoria marxista.

Por fim, a última relação comum do aparato estatal para com os movimentos sociais é a repressão. “A repressão é a forma como se usa o aparato repressivo (exército, polícia, etc.) para combater os movimentos sociais” (VIANA, 2016, p. 105). Nesse sentido, podemos vislumbrar dois tipos de repressão: seletiva e generalizada. A repressão seletiva é utilizada em casos específicos, como o seu próprio nome diz, e atinge, sobretudo, os movimentos conhecidos como “populares” e tendências mais radicais e contestadores dos movimentos sociais. Já a repressão generalizada refere-se a uma repressão que atinge quase a totalidade da sociedade. Ocorrem geralmente em tempos de ditaduras ou em épocas de crise de legitimação da democracia burguesa, em que tanto o bloco progressista quanto o bloco revolucionário são combatidos.

Em relação aos movimentos sociais conservadores, a atitude predominante do aparato estatal é a omissão. Isso significa que o Estado não interfere (mesmo existindo uma legislação que o faça interferir) na mobilização destes movimentos sociais. Um exemplo de uma ação omissa seria a não interferência de atitudes racistas de um determinado grupo social que reivindica a supremacia branca.

Essas são as formas como o Estado interfere e influencia a ação dos movimentos sociais, mas os movimentos sociais tomam posição e iniciativa em relação ao Estado igualmente. É por isso que podemos falar em duas orientações dos movimentos sociais em relação ao aparato estatal: a orientação estatista e a civilista.

A primeira orientação estabelece uma relação direta e orgânica com o Estado,

possuindo três tipos de vínculos: o utilitarista (que buscam recursos financeiros), composicionista (buscam reformas legislativas, políticas públicas e etc.) e o partidarista (aparelhamento de partidos políticos). A orientação civilista busca não ter nenhum vínculo com o Estado, assumindo formas externalistas (sem grandes contatos com o Estado), independentes (possuem, contato, mas não se vinculando e tendo uma perspectiva independente em relação ao Estado) e antiestatista (relação de confronto com o aparato estatal).

Em síntese, os movimentos sociais estão fundamentalmente ligados à dinâmica das lutas de classe, bem como a sua mudança ao longo da história do modo de produção capitalista e seu desenvolvimento a partir dos regimes de acumulação. Nesse sentido, a composição de classe, bem como sua hegemonia interna em suas tendências, nos esclarece o surgimento, desaparecimento, fortalecimento, objetivos, etc. de diversos movimentos sociais.

## Considerações Finais

Em nossa perspectiva, a concepção marxista é a concepção correta que nos auxilie a compreender os movimentos sociais em sua totalidade, efetivando, de forma integral, um processo analítico que dá conta de explicar e desnudar as determinações deste fenômeno, além disso, expressa o caráter revolucionário da perspectiva do proletariado.

Encontramos todos esses elementos nos escritos de Karl Jensen e Nildo Viana, sendo, portanto, importantes contribuições para uma análise marxista dos movimentos sociais. Outras contribuições poderão enriquecer e aprofundar alguns elementos que só foram deixados como prolegômenos, bem como desenvolver pesquisas nas mais variadas manifestações de existência dos movimentos sociais.

# Referências


BORJA, Jordi. Movimientos sociales urbanos. Ediciones Siap – Planteos, 1975.

BRAGA, Lisandro (2016). Repressão estatal e capital comunicacional – o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina. 2016. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 310 p.

CASTELLS, Manuel. Movimientos sociales urbanos. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1991.

JENSEN, Karl. Teses sobre os Movimentos Sociais. Revista Ruptura, Vol. 03, num. 04, janeiro de 1996.

JENSEN, Karl. Teses sobre os Movimentos Sociais. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, N. 01, jan. /jul. 2014.

KORSCH, Karl. Marxismo e Filosofia. Porto: Afrontamento, 1977.

LAPASADE, George. Grupos, Organizações e Instituições. 3° edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUCKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. 2° edição, Rio de Janeiro, Elfos, 1989.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2° edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MATHIAS, G. e SALAMA, P. O Estado Superdesenvolvido. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANA, Nildo. A Consciência da História. Ensaios sobre o Materialismo-Histórico-Dialético. 2° edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. O capitalismo na era da acumulação integral. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

---

1 Compreendemos conceito enquanto expressão da realidade.

2 “Um grupo é constituído por um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião... Ora, todos estes grupos – equipes, oficinas, clubes, células – parecem funcionar segundo os processos que lhes são comuns, mas não se tem costume de observar espontaneamente” (LAPASSADE, 1989, p. 65).

3 “Os grupos sociais se movimentam por motivos internos e, ao mesmo tempo, externos. Isto ocorre porque um grupo social só existe no interior de uma relação social e por isso o seu movimento é provocado por suas necessidades próprias produzidas no interior de sua relação com o conjunto da sociedade” (JENSEN, 2014, p.130).

4 “Os alóctones são indivíduos fora do grupo social, podem ser adultos apoiando o movimento juvenil ou intelectuais apoiando sem teto” (VIANA, 2016, p. 56).

5 “A mercantilização é o processo pelo qual a produção capitalista de mercadorias vai se expandindo e subsumindo as formas de produção não-capitalistas e as formas sociais, incluindo o Estado6. A história do capitalismo é marcada pelo crescente e intensivo processo de mercantilização e esse processo avança de forma extraordinária após a Revolução Industrial, sendo que com a passagem para o regime de acumulação intensivo esse processo se amplifica, tornando-se ainda mais agudo nos dois regimes de acumulação posteriores” (VIANA, 2016, p. 87-88).

6 À guisa de situar o leitor referente a sucessão de regimes de acumulação, colocamos brevemente o seu desenvolvimento nos países de capitalismo avançado: acumulação primitiva de capital, regime de acumulação extensivo;

intensivo; conjugado; integral. Para mais detalhes cf. VIANA, 2009.

# Os Movimentos Sociais na Era da Acumulação Integral

A análise histórica e concreta dos movimentos sociais, excetuando textos e obras descritivas, ainda é bem incipiente e rudimentar. A importância do processo analítico a partir do método dialético, referente ao desenvolvimento dos movimentos sociais é um trabalho de suma importância que busca historicizá-los e inseri-los na totalidade das relações sociais. É certo que os movimentos sociais são uma totalidade; daí deriva que o desenvolvimento de sua teoria seja a partir de um universo conceitual. Mas é igualmente certo que a totalidade dos movimentos sociais está inserida numa totalidade mais ampla ainda, que é a da sociedade capitalista (o que deriva o modo de produção, Estado, cultura, sociedade civil, etc.). Portanto, qualquer análise que isole os movimentos sociais das determinações da sociedade no geral já nasce como uma proposta estéril de compreensão dos mesmos.

Nesse sentido, o que buscamos realizar no presente texto foi uma análise introdutória dos movimentos sociais a partir do atual desenvolvimento da acumulação de capital, o regime de acumulação integral. Por este ângulo, estamos falando dos movimentos sociais contemporâneos, ou seja, a partir de meados da década de 80 até o presente atual.

Os movimentos sociais são mobilizações de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos (VIANA, 2016). Cada um desses elementos é alterado e deslocados de acordo com a mudança da sociedade. Desse modo, os regimes de acumulação trazem grandes e importantes consequências para os movimentos sociais, já que suas determinações incidem direta e indiretamente na própria dinâmica dos movimentos, bem como seus surgimentos, mudança de objetivos, criação de ramificações, novas necessidades, novas organizações, etc.

## O regime de acumulação integral

Assim como existe um desenvolvimento histórico da humanidade, há também um desenvolvimento histórico do capitalismo. Isto significa que o capitalismo possui uma história de vários séculos, com mudanças e permanências, mas sempre resguardando a sua essência que é a produção de mais-valor. Nesse sentido, o conceito de regime de acumulação é um instrumento preciso e correto para analisarmos as mudanças no interior da sociedade capitalista. É a partir das lutas de classes que esse desenvolvimento ocorre, sendo os regimes de acumulação expressão da forma como o modo de produção capitalista, a partir da acumulação de capital, opera na sociedade. Por esse ângulo, podemos definir regime de acumulação como um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização de trabalho, determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional (VIANA, 2009).

O regime de acumulação integral iniciou-se no final do século XX (meados dos anos 80) e perdura até os dias atuais. No que tange à forma de organização de trabalho, o regime de acumulação integral se organiza através do toyotismo. Mas o que significa, em essência, o toyotismo? Para tanto, devemos nos remeter ao que se chama de "organização científica do trabalho", que se inicia a partir do regime de acumulação intensivo onde se desenvolve o taylorismo, uma forma organizacional de controle da força de trabalho através de métodos "científicos", em que o objetivo máximo era o aumento da produtividade e, por conseguinte, maior extração de mais-valor relativo.

A organização do trabalho também perpassa a questão da luta de classes, pois a sua mudança refere-se justamente às lutas operárias travadas contra a sua própria exploração (devido à resistência gerada pela exploração do trabalho alienado). Após o taylorismo outras formas de organização de trabalho, tais como o fordismo, fayolismo, etc., surgiram e centraram os seus objetivos em torno da disputa pelo mais-valor relativo. Portanto, não há mudanças radicais que expressam uma ruptura marcante entre as diversas formas organizacionais do trabalho, e o toyotismo também não está fora deste esquema, apesar de alguns

pesquisadores afirmarem que há sim uma diferença.

Em síntese, o toyotismo pode ser compreendido como uma adequação do taylorismo à nova fase do capitalismo; nova fase esta de integralidade da exploração capitalista, tanto através de maior extração da mais-valia relativa, quanto da mais-valia absoluta e uma ofensiva no curso de combate à queda da taxa de lucro médio.

Outro elemento constituinte dentro de um regime de acumulação é a sua forma estatal, que a partir da emergência do novo regime de acumulação integral, assume a forma do chamado neoliberalismo. A emergência do Estado Neoliberal se dá a partir da década de 80 do século XX. A farta literatura sobre o fenômeno do neoliberalismo possui um consenso a partir de alguns elementos gerais, tais como: predominância do mercado, venda das empresas públicas (privatizações), corte de gastos públicos, sobretudo os de cunho sociais, política repressiva e etc. (ANDERSON, 1998; ENZENBERGER, 1995; WACQUANT, 2001).

As consequências do neoliberalismo são as mais variadas. A primeira e mais perceptível é o aumento da pobreza e da desigualdade. Mesmo nos países mais ricos há um aumento da pobreza, da miséria, da fome, do desemprego e diminuição do poder aquisitivo de amplas parcelas da população. Isto tem efeito sobre o mercado consumidor, sendo que a faixa mais pobre acaba tendo sua capacidade de consumo reduzida. A desregulamentação do mercado permite o aumento da exploração (corrosão dos direitos trabalhistas) e perda de poder aquisitivo e de pressão por parte dos trabalhadores, bem como deixa as empresas mais livres para utilizar trabalho infantil e outras estratégias que geram mais desemprego e elevam o grau de exploração. Ao lado disso, o corte nos gastos estatais ocorre principalmente na diminuição das políticas sociais [...] gerando novas políticas sociais paliativas, que apenas amenizam superficialmente os graves problemas sociais existentes. (VIANA 2009, p. 89).

Como consequência, há uma massiva intensificação dos conflitos sociais, da violência urbana, etc. Essas consequências acabam legitimando aquilo que Wacquant expressa ao formular que o Estado Neoliberal é um Estado Penal (WACQUANT, 2001), ou o que o ideólogo Bobbio diz sobre como deve ser o

estado ideal, um "estado simultaneamente mínimo e forte" (BOBBIO, 2009) – mínimo em sua interferência no mercado e nas formulações de políticas sociais e forte em seu papel repressivo e criminalizador. Assim, o Estado Neoliberal é um dos alicerces do regime de acumulação integral, servindo como um amortecedor de classes dado o caráter de integralidade da exploração e dominação capitalista em sua nova manifestação.

Outra característica dentro da concepção de regime de acumulação é a questão da exploração internacional que remete, por consequência, às relações internacionais. A mudança do regime de acumulação extensivo para o regime de acumulação intensivo produziu uma maior reprodução ampliada do capital, provocando também maior centralização e concentração do capital. Esse processo corroborou para a predominância do modo de produção capitalista na totalidade do planeta, integrando nações através da divisão internacional do trabalho, criando países de capitalismo imperialista (ou seja, em estágio de acumulação superior de capital) e países de capitalismo subordinado (subordinados aos países de capitalismo imperialista, devido à menor acumulação de capital, etc.). A formatação da exploração internacional no regime de acumulação de capital se dá através do neoimperalismo, que tem como finalidade aglutinar e generalizar a incessante busca de aumentar a acumulação de capital de forma integral, ou seja, intensificar a extração de mais-valor em nível internacional, explorando os países do bloco de capitalismo subordinado via mais-valor absoluto (conjugando, por ora, com o mais-valor relativo) e estendendo a exploração também nos países do bloco de capitalismo imperialista via mais-valor relativo.

A compreensão do conceito de regime de acumulação, e sua manifestação concreta contemporânea (regime de acumulação integral), é de suma importância para analisar as mudanças políticas e culturais que nos cercam cotidianamente. Apesar das determinações do regime de acumulação se darem através da organização de trabalho, da formatação do Estado e a questão da exploração internacional, mudanças em outras esferas, derivadas ou não destas determinações, como a cultural, ideológica, científica, cotidiana, etc., ocorrem e são fundamentais tanto para a legitimação e perpetuação da sociedade capitalista, quanto para a contestação da mesma, envolvidos na dinâmica das lutas de classe.

A questão que nos resta responder, nesse sentido, é: quais são os efeitos do regime de acumulação integral nos movimentos sociais? Há dezenas de

determinações que podemos elencar que atingem direta ou indiretamente os movimentos sociais, mas focaremos em três delas que consideramos essenciais.

As três determinações que elencamos está em consonância com as próprias determinações de um regime de acumulação que incidem diretamente nos movimentos sociais; ou seja, nos limitaremos a trazer alguns aspectos referente a mutação do processo de valorização e suas consequências sociais, da nova forma estatal, bem como a questão das relações internacionais.

O elemento do processo de valorização do capital que atinge diretamente os movimentos sociais é a crescente mercantilização existente derivada desse processo que, contemporaneamente, é chamada de hipermercantilização. A atual forma estatal é o neoliberalismo e este tem uma consequência direta nos movimentos sociais, tanto na relação do estado com os movimentos, quanto dos movimentos em relação ao estado. O atual tipo de relações internacionais é o neoimperalismo que terá consequências na questão espacial e na amplitude dos movimentos sociais.

Iniciaremos a nossa discussão com a questão da hipermercantilização.

## Movimentos Sociais e a Onda da Hipermercantilização

O que nos interessa aqui é uma determinada forma histórica da mercantilização, a que denominamos de hipermercantilização (VIANA, 2016). Ela corresponde a quinta e atual onda de mercantilização da sociedade capitalista. Antes de iniciarmos a relação entre os movimentos sociais e o atual desenvolvimento da mercantilização, faremos uma breve exposição dos elementos básicos da hipermercantilização.

A fala do atual presidente e ex-CEO da Nestlé[1], Peter Brabeck, em uma entrevista coletiva (COLLECTIVE EVOLUTION, 2016)[2], é sintomática sobre a distopia mercantil que se esboça com a hipermercantilização: para ele, a água não deveria ser um direito humano essencial, e sim tratada como qualquer outra mercadoria. Brabeck vem insistindo sobre essa ideia de "privatização" (no fundo, um processo de mercantilização) desde 2005, colocando em xeque, inclusive, elementos básicos para a sobrevivência humana em detrimento do lucro. A justificativa do ex-CEO é que o "subpreço" do produto faz com que a população mundial trate a água de forma negligenciada, aumentando exponencialmente o seu desperdício. Desmascarando esse discurso de legitimação para transformar a água como uma autêntica mercadoria, o que podemos ver é a existência de um movimento mundial que tem ambição de transformar tudo em mercadoria ou mercancia. Esse é o aspecto central da hipermercantilização encontrada na atual onda de mercantilização: a ampliação quase onipresente das relações mercantis.

A quinta onda de mercantilização inicia-se nos anos 80 e se estende até os dias atuais. Ela se dá em dois movimentos: o da intensificação do que já foi transformado em mercadoria/mercancia e o da criação de novas mercadorias/mercancias (e, por consequência, da criação de novas necessidades de consumo). O automóvel, que no regime de acumulação conjugado já começava a ter um crescente número de vendas, toma um nível quase generalizado nos países de capitalismo imperialista e uma inicial massificação nos países de capitalismo subordinado. O mesmo ocorre com os eletrônicos, especialmente celulares, computadores, e etc. O computador é também

sintomático nesse sentido: esse bem material foi criado para a utilização em ações militares e ocupava salas imensas cheias de cabos e aparelhos que sustentassem o seu uso.

Com a necessidade de ampliação dos mercados consumidores para sustentar o moto-contínuo do desenvolvimento do capitalismo, o computador, ao longo do tempo, tornou-se uma mercadoria essencial, onde a tecnologia empregada em seu desenvolvimento tornou-o operacional para o conjunto sociedade. Atualmente, os computadores são utilizados para diversos fins: no controle de gastos de empresas, na sistematização e averiguação da burocracia estatal, na escrita de uma monografia, na confecção de um panfleto político, etc. O que antes tinha um fim tão-somente militar, acabou se tornando uma mercadoria fundamental na sociedade atual, criando outras mercadorias para o seu funcionamento ou ampliação de seu valor-de-uso (softwares, internet, etc.).

Além dos bens materiais tecnológicos, há também um exponencial aumento da mercantilização da cultura, sobretudo da música via “indústria cultural” (ADORNO, 1977), resultando na intensificação da cultura descartável (como por exemplo, a produção de hit’s que duram no máximo alguns meses em sucesso, que posteriormente é substituído por outro e assim sucessivamente, criando a necessidade de sempre estar comprando novos CD’s, baixar músicas, etc.).

Nesse contexto, há uma hipermercantilização. Novos espaços, produtos, processos, objetos, vão se tornando mercadorias ou mercancias. Até os seres humanos, vítimas de tráfico, órgãos do corpo humano, entre outros elementos que ninguém imaginaria que poderia ser mercantilizado há dois séculos, época de uma sociedade já mercantilizada, passam a ser mercadorias/mercancias (VIANA, 2016: p. 67-68).

O que colocamos acima são alguns elementos da hipermercantilização na sociedade capitalista contemporânea. Mas qual são seus efeitos para os movimentos sociais?

A primeira consequência desse processo para os movimentos sociais é o fortalecimento da hegemonia burguesa, sobretudo na época de constituição e legitimação do regime de acumulação integral (década de 80). Com o final da

crise, lançada com os últimos suspiros da acumulação conjugada, o equilíbrio do capital é alcançado e, com ela, a estabilidade das lutas de classe em favor da classe dominante (burguesia). Os conflitos sociais acabam sendo realocados para questões e insatisfações específicas; as lutas de origem grupal tornam-se quase hegemônicas, em aparência, na dinâmica da sociedade, impulsionando ações que se mantêm tão-somente em níveis reivindicativos em diálogo com o Estado (neoliberal) ou com a sociedade civil, fator de grande desmobilização e cooptação dos movimentos sociais.

Com o crescimento do número de movimentos sociais, surge igualmente o crescimento de suas organizações, bem como necessidades de recursos financeiros e materiais. Isso traz consequências diretas na dinâmica da escala mercantil dos movimentos sociais. Com a mercantilização às extremas, os movimentos sociais não escapam desse processo e a necessidade financeira torna-se um imperativo categórico em grande parte destes. Com a hipermercantilização, cresce exponencialmente o número de organizações mobilizadoras com escala máxima de mercantilização.

Uma das grandes novidades dos movimentos sociais no regime de acumulação integral, no que tange ao estágio de mercantilização[3], é a autonomia de determinadas organizações mobilizadoras que vão se metamorfoseando em outro tipo de organização. É no final dos anos 80 e início da década de 90 que vão surgir, de forma mais cristalizada e juridicamente estabelecidas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) derivadas, em grande parte, dos movimentos sociais. A expressão ONG surge pela primeira vez na década de 40, através da Organização das Nações Unidas (ONU), para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos e privados para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento da comunidade. No Brasil, no entanto, essas entidades ficaram conhecidas como organizações de “cooperação internacional” (COUTINHO, 2011). Mas foi só a partir da década de 90 que as ONG’s começaram a cristalizar o seu verdadeiro caráter burocrático e mercantil, com o processo de captação de recursos via Estado, empresas privadas e fundações e instituições internacionais, bem como a sua ação regulada juridicamente.

As ONGs, nessa perspectiva, se apresentam como organizações derivadas ou relacionadas aos movimentos sociais[4], mas sua razão de ser é outra. Elas estão concatenadas ao próprio desmonte do Estado via neoliberalismo, relegando as obrigações e deveres estatais (de fomentar e garantir direitos básicos) para a

sociedade civil. No entanto, esse engajamento da sociedade civil é feito de forma despolitizada:

Esse projeto arquiteta a sociedade civil em um espaço não político, livre de coerções e de restrições, como uma região autônoma das influências do poder estatal, marcada pela associação "voluntária" de indivíduos, "o reino da espontaneidade", ora como sujeito, ora como espaço. Uma abordagem que, ao contrário do que se pensa, é composta de ideologias e posição em defesa de uma classe - a dominante. É nesse espaço, de concepção tortuosa que são inseridas essas "novas" representações da mudança e da "sociedade civil", do no gerencialismo, do novo voluntariado, "sem fins lucrativos": as "organizações não governamentais", de origem privada, que surgem com a função de executar os "bens públicos", principalmente aqueles que o mercado ainda não ocupava: a educação, pesquisa, a assistência social etc. (RIOS JUNIOR, 2013, p. 121).

O desligamento entre as Organizações Não-Governamentais e os movimentos sociais se dá pela mudança de objetivos[5], devido, entre outras determinações, a crescente mercantilização (captação de recursos via estado ou empresas privadas) e burocratização (criação de um estatuto legalizado por órgãos estatais, assalariamento, relação entre dirigentes/dirigidos). Tais ONG's começam a se autonomizarem e ter objetivos próprios (como a sua manutenção, obtenção de maior captação de recursos, ampliação do espaço etc.) que não estejam ligados aos movimentos sociais que lhe deram origem. A captação de recursos financeiros é metamorfoseada para um objetivo em si mesmo, colocando as ONG's, em sua quase totalidade, na escala máxima mercantil.

A hegemonia burguesa, nesse sentido, é reinante. As variedades de movimentos sociais na era da acumulação integral, no que tange a mercantilização, exprime seus respectivos vínculos de classe de acordo com a luta de classes atual.

## Movimentos Sociais, Neoliberalismo e a atual onda de burocratização

Como colocamos anteriormente, o Estado é a principal forma de regularização da sociedade capitalista e tem uma grande influência e consequência para os movimentos sociais. Cada regime de acumulação possui uma forma estatal que orienta e regulariza a sociedade de acordo com os interesses da classe dominante e com o desenvolvimento da acumulação de capital. Na atualidade, isto é, na acumulação integral, a forma estatal é o neoliberalismo. Ou seja,

[...] se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal (HARVEY, 2011, p. 16).

Esta nova forma estatal traz um conjunto de determinações que modificam as formas sociais e traz consequências na dinâmica da luta de classes e demais conflitos que são irradiados por ela, utilizando diversas estratégias:

Todas essas estratégias, assim como várias outras, exigiram uma série de alterações nas formas de regularização das relações sociais de forma geral - na totalidade da legislação de diversos países em todo o mundo, na totalidade das regras do sistema financeiro mundial, na totalidade da política econômica, na totalidade das políticas sociais que abandonaram de forma cruel as classes mais necessitadas, na política estatal repressiva etc. -, enfim, ocorre uma alteração estrutural na forma estatal, que deixa de ser integracionista para tornar-se

neoliberal, adequando-se e fazendo outras classes sociais se adequarem, inclusive à base de uma repressão semifascista, às exigências dessa nova ofensiva burguesa e, por conseguinte, assegurando as melhores condições reprodutoras do capitalismo em escala mundial (BRAGA, 2016, p. 42-43)

Nesse sentido, no presente tópico, analisaremos a relação entre os movimentos sociais contemporâneos e neoliberalismo a partir das três formas de atuação do Estado para com os movimentos sociais: cooptação, repressão e burocratização.

A cooptação no neoliberalismo traz algumas especificidades importantes que incidem diretamente nos movimentos sociais e na dinâmica de sua hegemonia, tanto no que chamamos de cooptação direta quanto indireta. Com a reconfiguração do Estado e a diminuição drástica de gastos e funções "sociais" (assistencialistas), muitas dessas funções são relegadas à sociedade civil, sobretudo às organizações mobilizadoras, que ora podem ser ramificações dentro dos movimentos sociais, ora fora ou já desvinculadas a eles (como o caso da grande maioria das grandes ONG's) enquanto burocracias formais. É neste contexto que surgem as medidas paliativas estatais:

O Estado neoliberal, ao contrário do seu antecessor, não possui um conjunto de políticas estatais voltadas para o chamado "bem-estar social" e sim uma forte política repressiva e um conjunto de paliativos que buscam amenizar as contradições sociais da cooptação e responsabilização da sociedade civil. É neste contexto que há a expansão do "terceiro setor", das ONG's, etc., bem como novas ideologias e ações que jogam para a sociedade civil as antigas responsabilidades estatais (voluntariado, amigos da escola etc.). Assim, as políticas estatais neoliberais são políticas paliativas, isto é, não visam à resolução de problemas sociais e sim sua amenização, não estruturam um conjunto de políticas estatais voltadas para áreas chaves, mas sim para legitimar e desmobilizar reinvindicações sociais mais intensivas e resolutivas. Isto está de acordo com o princípio neoliberal de diminuir os gastos sociais, já que tais políticas possuem custos muito mais baixos (VIANA, 2009, p. 286).

Estas medidas paliativas, também chamadas de "políticas públicas", são uma

forma de amortecimento das lutas de classes que atingem os movimentos sociais. O chamado microreformismo (BRAGA, 2007; VIANA, 2009) é uma grande fonte de cooptação de diversos grupos sociais. A cooptação direta contemporânea se dá de diferentes formas, dependendo do país (neoliberalismo protecionista ou não), da configuração, do governo neoliberal (populista ou discricionário), etc. No Brasil, por exemplo, diversos movimentos sociais foram cooptados a partir de suas lideranças, onde o Estado, ou seu aparato, forneceram cargos e vantagens competitivas. Isso contribui para que os movimentos sociais não entrem em conflito com os respectivos governos do Estado, já que há uma certa domesticação dos mesmos, buscando oferecer medidas paliativas a todo esse processo, sendo legitimado e almejado pelas lideranças. Um exemplo desse processo é a UNE durante o Governo Lula (TELES, 2019).

As universidades oferecerem dezenas de ideologias para justificar e legitimar todo o processo de aceitação e criação de bandeiras de "lutas" em torno do microreformismo e das medidas políticas paliativas. É assim que surge a discussão em torno da exclusão/inclusão social (sobretudo na França) e os estudos referente às "ações afirmativas" (inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente "exportado" para o Brasil), por exemplo. Grupos sociais tornam a se fundir e desenvolver ramificações de movimentos sociais em torno dessas ideologias, buscando financiamento no Estado, sendo presas fáceis para a cooptação.

É aqui que entra também a cooptação indireta, via financiamento indireto do Estado, a partir de ONG's, Grupos de Pesquisa de Universidades, etc. Rios de dinheiro são despejados para fomentar a ação política de determinadas organizações mobilizadoras que buscarão ampliar e aprofundar o microreformismo, passando ao largo das medidas que podem realmente transformar e ir à raiz do problema e da insatisfação social reivindicado. Determinados setores do movimento negro, no que tange a aceitação e mobilização em relação às "ações afirmativas de cotas" são sintomáticas nesse sentido no Brasil. Bourdieu e Wacquant (2001) observaram bem essa questão, ao demonstrar que esse tipo de medida não se restringe a um só país, mas à própria dinâmica das políticas mundiais, relacionando divisão internacional do trabalho e sua regularização via Estado:

Poder-se-ia invocar, evidentemente, o papel motor que desempenharam as

grandes fundações americanas de filantropia e pesquisa na difusão da doxa racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro, tanto no plano das representações, quanto das práticas. Assim, a Fundação Rockfeller financia um programa sobre “Raça e etnicidade” na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (e sua revista Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, de maneira a manter intercâmbio de pesquisadores e estudantes. Para a obtenção de seu patrocínio, a Fundação impõe como condição que as equipes de pesquisa obedeçam aos critérios de affirmative action à maneira americana (BORDIEU & WACQUANT, 2001, p.25)

Este é só um exemplo concreto do Brasil, país de capitalismo subordinado. Cada país terá uma especificidade e uma forma de cooptação diferente, mas resguardando-se nas medidas neoliberais.

A cooptação atinge, sobretudo, os movimentos sociais reformistas e sua tendência hegemônica pelo próprio caráter reivindicativo endereçado ao Estado, bem como a sua composição de classe estar mais ligado ao bloco dominante e ao bloco progressista.

E como opera a repressão no neoliberalismo em relação aos movimentos sociais? Sabemos que a repressão pode ser aplicada de forma preventiva ou seletiva e/ou generalizada. No regime de acumulação integral, a repressão toma uma dimensão de grande importância, já que o aumento da pobreza derivada da maior extração de mais-valor, tanto absoluto quanto relativo (ou seja, exploração), cria condições de maior revolta e resistência por parte das classes desprivilegiadas. Nesse sentido, se o Estado deve ser mínimo em seus gastos sociais, deve ser máximo e forte em combater e reprimir o descontentamento social, sobretudo das classes trabalhadoras (em especial o operariado) e de determinados setores dos movimentos sociais.

Quanto mais a erradicação da pobreza for relegada a um futuro indefinidamente longínquo, mais se considerará a repressão política como uma tarefa de longo prazo. Porque só a repressão política é que permite uma longa convivência com a pobreza. O Estado-Nação anterior é assim substituído pelo Estado autoritário

policial [...] Por conseguinte, começa-se a falar de uma “nova democracia”, que é simplesmente a declaração sistemática do fim da democracia liberal. A nova democracia é o estado policial (HINKELAMMERT, 1979, p. 103).

Quanto à questão da repressão, Wacquant (2003), por exemplo, vai chamar o Estado norte-americano de Estado-Centauro:

[...] nem “protetor” no sentido que o termo assume nos países do Velho Mundo, nem “mínimo” e não-intervencionista como sonham os turiferários do mercado. Seu lado social e os benefícios que distribui são cada vez mais monopolizados pelos privilegiados; sua vocação disciplinar se afirma principalmente na direção das classes inferiores e das categorias étnicas dominadas. Este Estado-Centauro, guiado por uma cabeça liberal montada sobre um corpo autoritarista, aplica a doutrina do “laissez faire, laissez passer” a montante em relação às desigualdades sociais, mas mostra-se brutalmente paternalista a jusante no momento em que se trata de administrar suas consequências (WACQUANT, 2003, p. 20-21).

Os movimentos sociais são bombardeados pela repressão em todas as suas modalidades (preventiva, seletiva, generalizada) e sua criminalização (a principal forma de legitimar a repressão) é facilitada pela legislação rígida e penal àqueles que contestam e ousam combater as medidas neoliberais. A tendência revolucionária dos movimentos sociais reformistas são os mais atingidos pela repressão, posto que suas ações confrontam a lógica neoliberal e ameaça, em determinados elementos, alguns interesses econômicos ou políticos da classe dominante.

Por fim, temos a questão da burocratização. A burocratização pode ser gerada tanto a partir do Estado quanto da sociedade civil. Mas o que é afinal, esse processo de burocratização?

Compreende-se como burocratização o processo de transformação de relações

não burocráticas em relações burocráticas, que implicam na existência de uma classe - a burocracia - cuja função primordial é servir à reprodução da ordem social classista, tanto por sua atuação na administração estatal quanto na gestão do capital e do trabalho, assim como na direção de organizações e instituições da sociedade civil (SILVA, 2014, p. 45).

Apesar da concordância na quase da totalidade da conceituação de Santana da Silva sobre o processo de burocratização, temos só um ponto de discordância: o referido autor discorre que a função primordial da burocracia é servir à reprodução da ordem social classista. No entanto, devemos nos atentar as especificidades históricas das classes sociais existentes. A burocracia surge com o processo de burocratização das relações sociais, que é específico do modo de produção capitalista. Ou seja, não se pode relegar a burocracia a gestão da ordem social classista, de forma universal. Já que em outros modos de produção, também classistas, foram outras classes sociais que fizeram esse papel de "gestão" (no caso dominação). É necessário se atentar ao princípio da especificidade histórica. Entendemos burocratização então como criação ou o aumento de organizações burocráticas e a intensificação do controle social (pela classe burocrática).

Nesse sentido, burocratização gerada pelo Estado está umbilicalmente atrelada à questão da cooptação. O que podemos acrescentar, nesse aspecto, é que a cooptação gerada por financiamentos e repasse de outros recursos gera a necessidade de formalização, devido às exigências legais dos editais, etc. O neoliberalismo gera diversas barreiras para a legitimação dos movimentos que não estejam formalizados e/ou ancorados pela lei:

[...] toda e qualquer resolução dos conflitos sociais devem se restringir à ordem constitucional, mediada pelos tribunais e conforme o direito burguês, isto é, a única "contestação" aceitável é aquela que percorre passivamente os canais institucionais (brigas judiciais, disputas eleitorais, o voto consciente e outras farsas mais) domesticados para não comprometerem o fluxo da acumulação integral e a sociabilidade burguesa necessária para ela (BRAGA, 2016, p. 43).

Os movimentos sociais, portanto, são coagidos ou forçados a desenvolver sua burocratização para conseguirem captar recursos, financiamentos, etc. Mas isso está ligado também a questão da hegemonia interna, geralmente sendo os movimentos sociais reformistas a caírem nesse “canto da sereia”.

Quanto a burocratização dos movimentos sociais a partir da sociedade civil, podemos observá-la a partir da questão das ondas de burocratização (que acompanha, simultaneamente, as ondas de mercantilização). As ondas de burocratização também seguem o desenvolvimento da acumulação de capital[6], e tem seu ponto de partida do nosso interesse aqui quando surge a sociedade civil organizada na época do capitalismo oligopolista.

O neoliberalismo gera à quarta onda de burocratização, trazendo consequências para os movimentos sociais que o crescimento exponencial da inserção do fenômeno burocráticos nas organizações mobilizadoras dos movimentos sociais. A escala máxima de mercantilização junta-se agora com a questão do grau de burocratização, determinando o desligamento de várias organizações dos movimentos sociais que lhe deram origem. Assim, surgem as burocracias formais no bojo desse processo, como as ONG’s que discutimos em páginas anteriores. Atualmente, muitas dessas burocracias formais, surgidas inicialmente como ramificações de movimentos sociais, mas autonomizadas depois da burocratização e mercantilização, utilizam várias formas de ofuscar o seu desligamento dos movimentos. Um exemplo dessas formas é o ofuscamento dos verdadeiros objetivos da organização:

Quando uma organização (o que vale também para tendências, indivíduos, etc.) deixa de ser mobilizadora e se torna burocrática, ela pode manter o discurso anterior. Essa manutenção do discurso visa se legitimar apesar de já não ser mais o seu objetivo real, verdadeiro. Nesse caso, temos a dicotomia entre objetivo real (verdadeiro, mas oculto) e objetivo declarado (falso) (VIANA, 2016, p. 119).

Também podemos observar que a sociedade civil, no processo de burocratização, pode indiretamente influenciar os movimentos sociais. Esse é o caso das organizações como as igrejas, partidos políticos, clubes, etc. Os partidos políticos são as organizações que mais possuem influência dentro dos

movimentos sociais, geralmente fazendo o processo de aparelhamento[7]. Mas como não é o foco de nosso trabalho, só deixaremos como umas das possibilidades de a sociedade civil organizada influenciar os movimentos sociais.

## Movimentos Sociais e o Neoimperialismo

O capitalismo é fundamentado na busca incessante do aumento da taxa de exploração. Com isso, existe uma necessidade, por essência, de sua expansão. É nesta dinâmica e nesta determinação do capital que o neoimperialismo é constituído:

Ele cumpre o papel de generalizar a busca de acumulação integral em todo o mundo e reproduzir o processo de exploração intensificado nas relações internacionais, o que é complementar, pois quanto maior é a exploração nos países de capitalismo subordinado, maior é o quantum de mais-valor produzido, o que possibilita, por sua vez, um maior índice de transferência de mais-valor dos países subordinados para os países imperialistas. [...] Por conseguinte, a generalização mundial do neoliberalismo e da reestruturação produtiva são partes da estratégia do capital visando combater a queda da taxa de lucro (VIANA, 2009, p. 104).

Desde o seu início, foram criadas e desenvolvidas diversas ideologias para ofuscar esse processo de maior exploração que é efetuada pelo capitalismo contemporâneo. Uma delas é a ideologia da globalização (VIANA, 2009).

A discussão acerca do neoimperalismo aqui, no entanto, versa sobre sua relação com os movimentos sociais. Como podemos efetuar esta análise? Trataremos de algumas consequências políticas e econômicas que o neoimperialismo traz para os grupos sociais que se fundem e tornam a virar movimentos sociais.

Com a necessidade de extração de mais-valor tanto absoluto quanto relativa, medidas que intensificaram a exploração capitalista no mundo todo foram aprofundadas e trouxeram consequências para as classes e grupos sociais. A divisão internacional do trabalho se complexifica de tal forma que as formas de

regularização da sociedade tiveram que acompanhar esse processo (sobretudo o estado, que se tornou o neoliberalismo) assim como a lógica de produção (“reestruturação produtiva”). As organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, começam a legitimar todo esse processo a partir de um discurso “globalista”, se colocando como os mediadores políticos e econômicos de uma “nova ordem mundial” que brotou no mundo chamada “globalização”.

A intensificação e ampliação da exploração (que agora se tornou literalmente mundial, ou seja, ocupando todo o globo terrestre, tornando o modo de produção capitalista onipresente em todos os lugares possíveis) possibilitou também a resistência e luta contra esse processo de forma intensa e ampliada. Com o avanço das tecnologias de comunicação, sobretudo com a popularização da internet, impulsionou a integração do capital de forma nunca vista antes (sobretudo do capital financeiro, atualmente com quase suas transações feitas via rede). Da mesma forma, a internet serviu como um grande catalisador dos conflitos sociais, tornando-se uma plataforma onde movimentos sociais trocavam experiências e intercambiavam pautas que englobava todos eles.

As medidas de austeridade que o FMI, Banco Mundial, BIRD, coagiram os países de capitalismo subordinado a implementarem em seus territórios em troca de “ajuda financeiro”, “subsídio”, etc., trouxeram consequências indeléveis para as classes desprivilegiadas, aumentando pobreza, desigualdade social, criminalidade e etc. Todo esse processo, uniformizador, unem grupos sociais que, sem outras escolhas, resistem e buscam sanar suas insatisfações sociais.

Os movimentos que ficaram conhecidos como Movimento “Antiglobalização” é fruto desse processo, de recusa e resistência contra o avanço da exploração e dominação feita pelo regime de acumulação integral. O movimento antiglobalização é uma constelação de movimentos sociais diversos, bem como outras organizações (burocráticas ou não), com pautas difusas, mas que se portam como uma das respostas dos movimentos sociais a diversas consequências que e o neoimperialismo (junto com o neoliberalismo) trouxe para as classes e grupos desprivilegiados.

Começando com a emergência da rebelião dos zapatistas no Sul do México (1994) e continuando com as batalhas de Seattle (1999), Washington, D.C. e

Praga (2000), Quebec (2001), Gênova (2002) - estas por ocasião de protestos durante reuniões de cúpula da OMC, do FMI ou Banco Mundial - aparece em cena uma nova forma de luta popular contra a globalização: as redes mundiais de movimentos sociais antiglobalização (SIQUEIRA, C. E. et al., 2003, p. 853).

### O impacto do regime de acumulação integral nos movimentos sociais

Os movimentos sociais conservadores, devido a sua composição de classe ser quase sempre das classes dominantes, tendem a reforçar a hegemonia burguesa para a conservação do capitalismo e busca, a partir de uma escala máxima de mercantilização (já que os indivíduos que os compõe possuem recursos financeiros altos ou são financiados por empresas, multinacionais, etc.) reproduzir e ampliar seus objetivos. A aloctonia e a intolerância dos movimentos sociais conservadores contemporâneos estão ligadas, por exemplo, às relações de poder que imperam na divisão internacional do trabalho no capitalismo imperialista e subordinado (movimentos nacionalistas, xenófobo, fundamentalismo religioso, etc.). Os movimentos sociais conservadores contemporâneos possuem, dependendo de seus objetivos e aceitação de suas reinvindicações pela população em geral, uma maior facilidade de angariar recursos em nível não só nacional, mas internacional, já que com o desenvolvimento dos meios de comunicação e das facilidades de transferência de dinheiro via internet para qualquer lugar do mundo, estes podem se conectar e estabelecer vínculos de aliança, formas de financiamento mútua, etc.

Um exemplo concreto de movimentos sociais conservadores forjados no regime de acumulação integral seria os movimentos xenófobos da Europa Ocidental, que se inicia na década de 90, mas se consolida nos anos 2000 em diante. Com a dissolução do Estado Integracionista (“Estado de Bem Estar Social”) europeu devido à crise de acumulação conjugada, a população europeia vê direitos de assistência serem desmantelados e o número de empregos caírem. A crise atinge não só os países de capitalismo imperialista, mas os países de capitalismo subordinado também de forma mais intensa, coexistindo a exploração simultânea do mais-valor absoluto e relativo. Nesse sentido, o processo migratório atinge números altíssimos, onde latino-americanos, africanos e asiáticos procuram uma melhor perspectiva de vida e trabalho nos países europeus. Esse fenômeno migratório cria resistência por parcela da população europeia, já que ela se vê ameaçada, na possibilidade de perda de emprego, identidade, etc. Os movimentos sociais xenófobos buscam combater esses migrantes em seus vários aspectos: culturais, econômicos, religiosos e etc. Organizações mobilizadoras

como Bloc Identitaire na França, CasaPound na Itália e English Defence League no Reino Unido, vão crescendo nos últimos anos. A hipermercantilização os impele a se estruturarem e buscarem cada vez mais recursos financeiros para fazerem o processo de luta cultural e ações que exigem muitos materiais. Alguns desses movimentos podem se autonomizar e virarem verdadeiras organizações burocráticas, inclusive virando partidos políticos, como no caso do exemplo grego de 2009 (O partido político “Aurora Dourada” que antes era uma ramificação do movimento social xenófobo).

Os movimentos sociais reformistas, por serem os que possuem o maior volume de indivíduos e organizações em seu bojo, têm uma maior ressonância nos conflitos sociais contemporâneos. Nesse sentido, é necessário percebê-los e analisá-los a partir de suas tendências (conservadora, reformista e revolucionária). A tendência conservadora dos movimentos sociais reformistas é ampliada no regime de acumulação integral, sobretudo nos grupos sociais orgânicos, onde existe uma tendência maior a expressarem aloctonismo[8] (mais exaltado) e autoctonismo[9] (mais moderado). A origem do aloctonismo e autoctonismo é geralmente o ressentimento provocado pela opressão ou desiquilíbrios psíquicos de indivíduos que podem se coletivizar. Mas no regime de acumulação integral, é desenvolvido e consolidado uma forma sistemática de justificativa desses processos. É a partir do pós-estruturalismo que o aloctonismo e o autoctonismo tomam legitimidades ideológicas, o que contribuiu para a sua expansão em números de adeptos, já que, devido aos altos recursos e financiamentos recebidos de grandes fundações e universidades, ela torna-se hegemônica no meio acadêmico e intelectual do mundo. Assentado no irracionalismo, o pós-estruturalismo torna-se uma verdadeira contrarrevolução preventiva[10] na sociedade, desviando os conflitos para questões pontuais e específicas, sem relacioná-las com a totalidade das relações sociais capitalistas, amortecendo as lutas de classes. Uma parcela dos movimentos sociais orgânicos (sobretudo os que estão inseridos na Universidade e demais espaços influenciados por ela) é influenciado ou cooptado por essas ideologias e reproduzem em suas práticas mobilizadoras. Exemplos desse processo seriam determinados setores do movimento negro e movimento das mulheres. Em síntese, os movimentos sociais reformistas de tendência conservadora se fortaleceram no regime de acumulação integral. Atualmente é uma grande força política no mundo, ditando determinadas agendas políticas, mobilizando milhões de reais e contribuindo para o ofuscamento das verdadeiras causas que tomam suas insatisfações sociais.

Já a tendência reformista, após a estabilidade na acumulação de capital que cada mudança de regime traz, e com o novo rearranjo da organização de trabalho (taylorismo), forma estatal (neoliberalismo) e relações internacionais (neoimperalismo) e o aprofundamento da exploração, trouxeram significativas mudanças, sobretudo em sua relação com o Estado. Mas essas mudanças, evidentemente, dependem da composição social dos movimentos sociais reformistas. Se a composição é predominante de origem das classes exploradas, as contradições serão maiores. Esses movimentos sociais ficaram conhecidos como "movimentos sociais populares". Suas reinvindicações estão relacionadas a necessidades imediatas, com à saúde, educação, moradia, etc. No Brasil, por exemplo, muitos movimentos sociais populares após a redemocratização do país, que antes tinham uma perspectiva de confronto direto ao Estado (na época, governado por uma ditadura militar), pós-1988, começam a mudar suas mobilizações e sua maneira de agir com o Estado. Se antes a forma de atuação era o confronto, começa a se esboçar uma relação de negociata a partir das regras institucionalizadas, sem muita fissura com os arranjos estatais e governamentais. Muitas ramificações desses movimentos começam a aumentar a suas escalas mercantis, procurando formas de financiamentos em editais de fundações, políticas públicas e etc., o que faz essas ramificações perderem sua autonomia e independência financeira. É o processo de institucionalização e burocratização desses movimentos sociais.

A partir de 2002, com o Governo de Luís Inácio Lula da Silva, que teve a sua vitória com contribuições dos movimentos sociais originadas da relação com o Partido dos Trabalhadores (PT), determinadas ramificações começam a participar da gestão do governo e são paulatinamente cooptadas, tornando os objetivos do governo como seus próprios objetivos, criando um distanciamento entre os dirigentes desses movimentos com sua base, amortecendo qualquer tipo de conflito que venha a ter com o governo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é sintomático nesse sentido. Considerado uma ramificação do movimento de reforma agrária no Brasil, na gestão dos governos do Partido dos Trabalhadores, teve um baixíssimo índice de novos assentamentos, não criando complicações com o agronegócio (Inclusive se aliando ele, em determinados projetos, como o da Fibria[11]) grande aliado do governo.

A tendência revolucionária dos movimentos sociais reformistas é a mais marginal das tendências, mas possui relativa relevância a partir de meados dos anos 2000, recheada de contradições, mas presentes nos conflitos políticos

dentro do regime de acumulação integral. O movimento que ficou conhecido como “Antiglobalização” que aglutinou um conjunto de movimentos e organizações (e alguns deles, de tendência revolucionária) é sintomático nesse sentido. No Brasil, por exemplo, a reemergência das lutas autônomas (MAIA, 2016) forjou ramificações de movimentos sociais, bem como organizações mobilizadoras, que aglutinaram perspectivas políticas contra o Estado e tendo um projeto (ao menos discursivamente) de transformação social. Ou seja, demandas de determinados movimentos sociais estavam ligadas não só a uma insatisfação social específica (como a questão do transporte, educação, etc.), mas na própria totalidade das relações sociais capitalista. O movimento estudantil, a partir da dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo (VIANA, 2016) estabelecidas nas novas organizações estudantis, esboçaram avanços nas Jornadas de Junho de 2013 (sobre a questão do transporte e passe livre) e nas Ocupações das Escolas Secundárias em diversos Estados brasileiros (fechamentos das escolas em São Paulo, implementação das Organizações Sociais em Goiás, etc.) (TELES; MAIA, 2016). Estas experiências estão em constante processo de recuos e avanços e inicialmente de forma isolada e incipiente.

Por fim, os movimentos sociais revolucionários não se apresentaram ainda no regime de acumulação integral, são quase inexistentes. Isso se dá devido a não hegemonia do proletariado na sociedade no geral.

Assim, as tendências revolucionárias se encontram num contexto desfavorável quando é momento de estabilidade ou de acirramento da luta de classes sem o respectivo fortalecimento do proletariado e do bloco revolucionário. É nesse contexto que emerge um processo de maior receio e mais cuidado, o que também ocorre quando aumenta a repressão (regimes ditatoriais, etc.) (VIANA, 2016, p. 79).

O movimento operário ainda está adormecido e não se apresentou enquanto classe autodeterminada nas lutas de classes contemporânea. E isso traz enormes dificuldades na constituição de um movimento social revolucionário.

## Considerações Finais

Em síntese, os movimentos sociais na era da acumulação integral estão perpassados e são respostas também ao neoliberalismo, à hipermercantilização e ao neoimperialismo (para ficar só nas determinações que analisamos aqui, já que existem outras). Isto significa também dizer que centenas de movimentos sociais, milhares de ramificações estão perpassado também às lutas de classe no capitalismo. Como demonstramos, os movimentos sociais não possuem objetivos tão-somente emancipatórios, mas em sua grande maioria, suas mobilizações estão mais próximas à reprodução da lógica das relações sociais capitalistas do que um vislumbre de contribuir[12] com projeto político emancipador, no sentido revolucionário do termo. É sintomático que os movimentos sociais reformistas sejam hegemônicos e possuam o maior número de adeptos atualmente. Mas esse quadro pode mudar de acordo com a dinâmica das lutas de classe.

O regime de acumulação integral é a atual fase do capitalismo, mas isso não significa que ele se perpetuará para sempre. Devido à própria tendência da crise estrutural do capital de ter de se reinventar ciclicamente para poder continuar existindo, em algum momento a acumulação integral irá ruir, como os anteriores regimes de acumulação. A crise de acumulação de capital leva a intensificação das lutas de classes, clarificando os interesses de cada classe social bem como uma maior percepção dos blocos sociais. Nesse sentido, se aponta duas possibilidades históricas: a vitória da classe dominante (burguesia), e com isso a instauração de um novo regime de acumulação ou a vitória do proletariado, onde ocorre um processo de revolução via transformação social, possibilitando, enfim, a emancipação humana.

Os movimentos sociais estão inseridos nessa lógica. Cada um deles terá um papel de contribuição ou para reproduzir e legitimar a sociedade capitalista ou se unir ao proletariado e contribuir para a emancipação humana e a transformação social.

Só o tempo para nos fornecerá o rumo e fortalecimentos das variedades dos

movimentos sociais bem como suas funções na dinâmica nas lutas de classes.

# Referências


ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 4° edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loic. “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs.) Escritos de Educação. 3° edição, Petrópolis, Vozes, 2001.

BRAGA, Lisandro. Repressão estatal e capital comunicacional – o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina. 2016. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 310 p.

BRAGA, L. Os limites da política de cotas raciais. 50 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciência Política) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2005.

COLLECTIVE EVOLUTION. Nestles Attempt to completely privatize steal water in oregon put to a stop our water our future. New York: Collective Evolution, 2016.

COUTINHO, Joana Aparecida. ONGs e Políticas Neoliberais no Brasil. Editora UFSC, 2011.

ENZENSBREGER, H. Guerra Civil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HINKELAMMERT, Franz J. O credo econômico da comissão trilateral. Em: ASSMANN, Hugo (org.). A trilateral – nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1979.

MAIA, Lucas; TELES, Gabriel. Reflexões sobre a organização estudantil. Revista Enfrentamento, ano 11, n. 19. jan/jun, p. 37-61, 2016. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/976/845>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MARCUSE, Herbert. Contrarrevolução e Revolta. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

RIOS JUNIOR, Ademir. A Crítica do Fenômeno das “ONG’s” no Brasil: uma análise da atuação na política social de proteção à criança e ao adolescente em Recife. Dissertação, João Pessoa, 2013.

SILVA, José Santana da. O Sindicalismo rural em Goiás e a FEATAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963 – 1992). Tese (doutorado em história).

Universidade Federal de Goiás – Goiânia, 2014.

SIQUEIRA, C. E. et al. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 08 no. 04. São Paulo, 2003.

TELES, Gabriel. A UNE e sua dinâmica relacional com o Governo Lula (2003-2011). Dissertação de Mestrado. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFG, 2019a.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. O capitalismo na era da acumulação integral. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

WACQUANT, Loic. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loic. Punir os pobres – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

---

1 A Nestlé é líder em vendas no que tange ao engarrafamento de água, representando 8% de todo seu lucro (em 2011 totalizou aproximadamente 68,5 bilhões de dólares).

2 Disponível em: <http://www.collective-evolution.com/2016/08/28/nestles-attempt-to-completely-privatize-steal-water-in-oregon-put-to-a-stop-our-water-our-future/> Acesso: 23/11/2016.

3 E também à burocratização (que será tratada no próximo item), mas aqui estamos tratando apenas da mercantilização.

4 [...] são consideradas Organizações Não Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (cf. <http://www.abong.org.br>. Acesso em 16/11/2016).

5 No plano concreto, já que no plano do discurso ainda pode existir a ligação para legitimar suas ações.

6 "Sinteticamente podemos dizer que no capitalismo concorrencial há a consolidação, fortalecimento e formalização das burocracias estatais e empresariais (período que vai aproximadamente da revolução industrial até metade do século 19), constituindo a primeira onda de burocratização; no capitalismo oligopolista (período que vai aproximadamente de 1870 a 1945) temos a ampliação da burocracia estatal e empresarial e a emergência da burocracia civil, o que caracteriza a segunda onda de burocratização. No capitalismo oligopolista transnacional (cujo período aproximado é entre 1945 e 1980), ocorre a terceira onda de burocratização, no qual a burocracia invade novos setores da sociedade civil que ainda era pouco presente. No capitalismo neoliberal, ocorre a quarta onda de burocratização, com o aparecimento de novas burocracias civis (ONGs, entre outras) e maior rigidez no controle social" (VIANA, 2016, p. 117).

7 É neste fenômeno que muitos pesquisadores se confundem. O processo de aparelhamento é feito pelos partidos políticos, já a cooptação é feito pelo Estado ou pelos seus aparelhos que lhe dão sustentação.

8 “O aloctonismo é uma tendência conservadora por desviar a questão das raízes sociais e da totalidade das relações sociais, isolando o fenômeno (relação entre brancos e negros, homens e mulheres, religiosos e ateus, etc.) e criando um inimigo imaginário que é responsabilizado pelos males do grupo e/ou da sociedade em geral, indistintamente, o que gera um certo maniqueísmo e essencialismo” (VIANA, 2016, p. 70).

9 O autoctonismo enfatiza “[...] a busca por privilégios e benefícios sem entrar em confronto direto com os grupos autóctones, a não ser em situações específicas. A aloctonia, nesse caso, tem como motivação, ao invés da intolerância (proveniente das classes privilegiadas), o ressentimento, mais comum nas classes dominadas” (VIANA, 2016, p. 71-71).

10 “A contrarrevolução é predominantemente preventiva e, no mundo ocidental, inteiramente preventiva. Aqui, não existe qualquer revolução recente a desmantelar nem nenhuma existe em gestação. E, no entanto, é o medo da revolução que gera o interesse comum e cria os vínculos entre as várias fases e formas de contrarrevolução. Esta percorre toda a gama desde a democracia parlamentar à ditadura declarada, passando pelo Estado policial. O capitalismo reorganiza-se para enfrentar a ameaça de uma revolução que seria a mais radical de todas as revoluções históricas. Seria a primeira revolução histórica verdadeiramente mundial” (MARCUSE, 1981, p. 11-12).

11 Ver artigo “MST S/A”: < http://passapalavra.info/2013/04/75172> Acesso em 24 de janeiro de 2016.

12 Os movimentos sociais, devido as suas características, não possuem condições em suas determinações que aponte para um projeto de transformação social. Nesse sentido, eles não são o sujeito da revolução, já que grande parte dos movimentos sociais são policlassistas (e mesmo sendo monoclassistas, eles agem a partir de interesses grupais, não de classe).

# Uma análise marxista das abordagens sociológicas dos movimentos sociais

Os movimentos sociais aparecem como um tema de grande relevância nas ciências sociais, especialmente em sociologia, em meados da década de 50 e 60. É nesse momento histórico, de grandes mudanças no interior da sociedade capitalista, que os movimentos sociais começam a ter maior notoriedade na trama dos conflitos sociais e, inevitavelmente, são alvos de análises por parte de diversos sociólogos das mais diversas perspectivas e abordagens. Logo, ao longo desses mais de meio século de intensos debates sobre o significado político dos movimentos sociais, três grandes abordagens se estruturaram e hegemonicamente ditam o processo analítico desses fenômenos nos estudos sociológicos contemporâneos: estamos nos referindo as abordagens da mobilização de recursos, do processo político e dos novos movimentos sociais.

Todas elas, apesar de suas divergências e especificidades, apontam para um processo analítico parcelar, limitadas por isolar um determinado elemento do fenômeno (aspecto cultural, político, econômico, etc.) e por não perceber a totalidade concreta que é qualquer fenômeno social. Nesse sentido, a intenção de nosso texto é trazer um balanço introdutório e panorâmico dos limites e avanços dessas abordagens a partir do instrumental teórico e metodológico do marxismo. Avançamos na discussão sobre a análise dos movimentos sociais na perspectiva em outros trabalhos (TELES, 2017; TELES, 2018), assentados, especialmente nos trabalhos de Jensen (2014) e Viana (2016).

O itinerário do presente texto, então, passará pelas três grandes abordagens sociológicos sobre os movimentos sociais, evidenciando o contexto histórico de seu surgimento e desenvolvimento, seus principais representantes, influências e “conceitos” (construtos) analíticos.

## A Abordagem da Mobilização de Recursos

A abordagem conhecida como Mobilização de Recursos surge nos Estados Unidos em meados dos anos 1960, aprofundada e desenvolvida nos anos 1970 e, posteriormente, no final dessa década, se mistura a outras abordagens, numa tentativa de síntese para explicação dos movimentos sociais. O contexto histórico contribui para compreender, de forma analítica, as principais teses desta abordagem. Nesse sentido, ela surge e se desenvolve no regime de acumulação conjugado, onde o paradigma hegemônico era o reprodutivista, sendo o funcionalismo predominante nos Estados Unidos e o estruturalismo, na Europa.

É fundamental essa explicação prévia devido à força que o paradigma reprodutivista terá nas pesquisas nascentes sobre os movimentos sociais. É nessa época também que se constitui a ideologia da integração da classe operária no capitalismo (MARCUSE, 1982; ADORNO, 2008), as lutas pelos direitos civis em determinados países, a radicalização e institucionalização de determinadas ramificações do movimento negro nos EUA, a radicalização do movimento estudantil no mundo (sobretudo em 1968) etc.

Para Margit Mayer (1995), a ressonância desta abordagem em território norte-americano se dá por alguns elementos da própria sociedade estadunidense:

ela surgiu numa certa conjuntura histórica e representa a racionalização teórica de contradições historicamente determinadas e sua práxis correspondente. Em outras palavras, a MR emergiu de um esforço para analisar os movimentos sociais dos anos 60 e, como consequência, reflete suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização, etc., em contraste com as abordagens clássicas que procuravam explicar os movimentos de massa dos anos 20 e 30, os quais eram totalmente diferentes dos tipos de movimento dos anos 60 (MAYER, 1995, p. 182).

O primeiro elemento a ser evidenciado são as influências intelectuais desta abordagem, que são fundamentalmente quatro: (1) teoria da escolha racional; (2) economia política (em especial a escola marginalista); (3) a discussão em torno da racionalização e a questão da burocracia weberiana; e, por fim (4) a sociologia das organizações. A ideia do cálculo racional é hegemônica e os desdobramentos dessas influências se dá no individualismo metodológico predominantes nos autores desta abordagem.

Já o segundo elemento são os seus representantes intelectuais, cujos destaques são Mancur Olson, Anthony Oberschall, Mayer Zald e John McCarthy. O primeiro deles, Olson, foi o mais influente:

O estudioso mais influente deste dilema foi o economista americano Mancur Olson (1965). Embora Olson reconhecesse a importância dos incentivos não-materiais, sua teoria começava e acabava no indivíduo. Para Olson, o problema da ação coletiva era de agregação: como envolver a maior parte possível de um grupo em seu próprio benefício. Apenas dessa maneira o grupo poderia convencer seus opositores de sua própria força. Em seu livro, The Logico f Collective Action, Olson popôs que, em um grupo grande, apenas os seus membros mais importantes têm interesse suficiente em alcançar o seu bem coletivo para assumir a sua liderança (TARROW, 2009, p. 33).

Já Anthony Oberschall centrará suas análises a partir de duas dimensões referentes ao comportamento coletivo, em especial dos movimentos sociais: as vertentes vertical e horizontal (FERREIRA, 1995). A vertente vertical expressa que a ação coletiva só é exequível com a segmentação dos movimentos sociais, em uma luta com outros movimentos no que tange a ascensão na escala hierárquica da “estratificação social da sociedade”. Já a vertente horizontal refere-se à busca de uma maior coesão social interna para obter a possibilidade de uma capacidade organizacional, necessária para continuar com suas ações na sociedade.

Em ambos os casos, a centralidade dos recursos é fundamental. Ou seja, a dinâmica dos movimentos sociais, bem como de suas dimensões, obedece a um conjunto de determinações ligada à sua capacidade de mobilizar recursos tanto

externos – governo, sociedade civil, opinião pública, meio de comunicação – quanto internos – indivíduos, materiais, tecnologia, dinheiro, etc.

A questão de recursos, como já explicitada no nome dessa abordagem é o núcleo central do processo analítico de seus autores. Os intelectuais que mais exploraram essa questão, além de sistematizarem a discussão acerca da mobilização de recursos, foram Mayer Zald e John McCarhty. É a partir da discussão de ambos que traremos as principais definições e conceitos desta abordagem.

Em artigo intitulado “Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial” (2017), de 1977, os autores buscam trazer um balanço histórico e sistematizar a discussão da abordagem de mobilização de recursos ao longo do seu desenvolvimento intelectual. Segundo os autores, essa abordagem lida com a dinâmica, táticas de crescimento, declínio e mudança dos movimentos sociais, examinando a variedade de recursos a serem mobilizados:

Em primeiro lugar, o estudo da captação de recursos (dinheiro e trabalho) é crucial para a compreensão da ação do movimento social. Os recursos são necessários para o engajamento no conflito social e por isso devem ser captados para atingir os propósitos coletivos. Em segundo lugar, a captação de recursos requer alguma forma mínima de organização, e, portanto, implícita ou explicitamente, vamos nos concentrar mais diretamente sobre organizações do movimento social do que aqueles que trabalham dentro da perspectiva tradicional. Em terceiro lugar, na explicação dos sucessos e fracassos de um movimento, há um reconhecimento explícito da importância crucial do envolvimento por parte de indivíduos e organizações externos à coletividade que um movimento social representa. Em quarto lugar, às vezes explicitamente, um modelo de oferta e procura é por vezes aplicado ao fluxo de recursos para e a partir de movimentos sociais específicos. Finalmente, há uma sensibilidade em relação à importância dos custos e benefícios para explicar o envolvimento individual e organizacional nas atividades do movimento social. Os custos e os benefícios são centralmente afetados pela estrutura da sociedade e pelas atividades das autoridades (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 06, grifos nossos).

Estes são os elementos básicos da abordagem da mobilização de recursos. Cada elemento é abordado de maneira distinta pelos autores, conforme suas diferenças de análise e influências. Nesse sentido, Zald e McCarthy nos fornecem uma síntese da compreensão de movimentos sociais a partir da seguinte definição (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 08): “um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade”.

Torna-se evidente a compreensão de movimento social enquanto estruturas de preferências voltadas para a mudança social. No entanto, há outros conceitos que ajudam a explicar essa abordagem, já que eles não tratam dos movimentos sociais em si, mas de uma parte específica deles. Estes conceitos são os de Organização de Movimento Social (OMS), Indústria de Movimento Social (IMS) e Setor de Movimento Social (SMS). A OMS é definida como determinada organização formal que busca identificar seus objetivos com as preferências e interesses de um determinado movimento social (MS). Já a IMS é caracterizada como um conjunto de OMS’s e SMS seria composto pela totalidade de IMS em uma determinada sociedade, independentemente dos movimentos sociais a que estão ligadas. Para esses autores

[...] separar de forma analítica esses componentes, ao distinguir entre um MS e uma IMS, tem várias vantagens. Em primeiro lugar, enfatiza que os movimentos sociais nunca estão totalmente mobilizados. Em segundo lugar, ele se concentra explicitamente no componente organizacional da atividade. Em terceiro lugar, reconhece explicitamente que os movimentos sociais são tipicamente representados por mais de uma OMS. Finalmente, a distinção permite a possibilidade de uma análise do crescimento e declínio de uma IMS, que não é totalmente dependente do tamanho de um MS ou da intensidade das preferências dentro dele. (ZALD e MCCARTHY, 2017, p. 10).

Por fim, Zald e McCarthy, à guisa de síntese, resume esta abordagem nas seguintes palavras:

O modelo de mobilização de recursos que descrevemos aqui enfatiza a interação entre a disponibilidade de recursos, a organização preexistente das estruturas de preferência e as tentativas empresariais de atender a demanda de preferências. Enfatizamos como esses processos parecem operar no contexto americano moderno. Diferentes circunstâncias históricas e padrões de infraestruturas de adesão preexistentes afetarão as estratégias da atividade empresarial da OMS em outras épocas e lugares. Nossa ênfase, no entanto, parece ser útil na análise das atividades paralelas em diferentes contextos, incluindo sociedades camponesas e também em explicar os processos de crescimento, estabilidade e declínio nos movimentos sociais (ZALD e MCCARTHY, 2017 p. 32).

Em nossa perspectiva, a abordagem da mobilização de recursos possui diversos problemas e limites analíticos. Isto significa dizer que, no que tange à pretensão de explicar e analisar os movimentos sociais, esta abordagem não consegue expressar a realidade dos mesmos, contribuindo mais para ofuscar do que elucidar.

A primeira crítica que pode ser realizada em relação a essa abordagem é a sua base ideológica, que não se estrutura, não se desdobra para a análise dos movimentos sociais. Isto fica claro na própria definição do fenômeno estudado. A compreensão de que os movimentos sociais são um conjunto de opiniões e crenças que manifestam preferência pela mudança em determinados aspectos da realidade ou recompensas no interior desta, é ampla demais e abarca outros fenômenos ou processos que não sejam os dos movimentos sociais. Nessa definição, partidos políticos, sindicatos, sistemas de pensamento, representações etc. poderiam ser considerados movimentos sociais. Tamanha elasticidade deste construto contribui para o seu não entendimento e a não compreensão de sua especificidade dos movimentos sociais na sociedade.

A segunda crítica é a deficiência metodológica inscrita na quase totalidade dos escritos e perspectivas dentro desta abordagem. A realidade concreta passa ao largo dos estudos, posto que o procedimento mais utilizado nessa abordagem é a proposição de sistemas classificatórios arbitrários, aplicando empiricamente[1] este modelo produzido pelos pesquisadores. Tal procedimento conforma-se naquilo que Kosik chamou de mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1986).

A terceira crítica é a ausência da totalidade. Um movimento social só pode

existir no interior de uma sociedade. Nesse sentido, essa sociedade possui múltiplas determinações, que traz consequências diretas ou não, a este movimento social. Por esse ângulo, não é possível analisar um fenômeno isolando seus aspectos, muito menos as determinações de uma sociedade. Na abordagem de mobilização de recursos, os movimentos sociais não aparecem vinculados ou relacionados ao papel do Estado, as bases sociais são os indivíduos ou a coletividade, que aparece como um conjunto de indivíduos atomizados, excluindo a discussão de classes sociais e outras dinâmicas coletivas da sociedade moderna. Enfim, por uma multiplicidade de outros fenômenos que estão articulados na totalidade das relações sociais concretas dentro da sociedade capitalista.

A quarta crítica assenta-se não na análise dos movimentos sociais de forma geral, mas sim, especialmente, nas organizações de movimentos sociais (OMS). O foco analítico dos autores dessa abordagem se dá na dinâmica das OMS's, IMS's e SMS's. Ou seja, a análise é a partir das organizações mobilizadoras formais dos movimentos sociais, excluindo as organizações informais e organizações de base ou até mesmo ramificações de movimentos sociais que não possuem uma organização formada. E esta questão se agrava posto que não se explica ou esclarece o motivo de não haver a análise dos movimentos sociais em si (não das suas organizações).

Outros autores expuseram várias críticas mais específicas a essa abordagem, inclusive alguns dos seus próprios integrantes buscam "atualizar" seus estudos, assimilando algumas críticas, constrangidos pela realidade que estava em transformação e que seus antigos modelos explicativos acerca dos movimentos sociais não ofereciam embasamento para efetuar o processo analítico a partir dessas transformações sociais.

Apesar das críticas, é também necessário explicitar as contribuições dessa abordagem que, a nosso ver, podem ser divididas em dois elementos.

O primeiro consiste na questão da mercantilização que atinge os movimentos sociais, sobretudo nos casos analisados pelo conjunto dessa abordagem: as Organizações de Movimento Social (OMS). Embora assentada em uma base frágil, as análises das OMS's, (em nossa perspectiva, denominamos as OMS's de Organizações Mobilizadoras) nos auxiliam a perceber o cálculo que essas grandes organizações devem operar para se desenvolver e continuar existindo e se ampliando. É nesse sentido que utilizam o que ficou conhecido como cálculo

racional, mas que, na realidade, trata-se de cálculo mercantil.

Os movimentos estão circunscritos na sociedade capitalista onde sua determinação fundamental encontra-se no modo de produção. As relações mercantis, antes resguardadas na esfera da produção, começam a desaguar nas relações sociais de forma geral, inclusive dentro da sociedade civil, contribuindo para a reprodução do capitalismo, transformando valores, interesses e sentimentos. Os movimentos sociais não escapam desse processo de mercantilização, posto que necessitam de recursos financeiros para continuar suas ações, sobretudo em grandes quantidades, as organizações formais. Apesar de não realizarem essa análise, contribuem na percepção desse fenômeno de maneira pioneira.

A segunda contribuição dessa abordagem para a análise dos movimentos sociais é a questão que envolve o fenômeno da burocracia. Em que pese o não aprofundamento do fenômeno burocrático, existem discussões pontuais acerca dos líderes, "gerentes" e dirigentes dentro das Organizações de Movimentos Socais. Apesar de "naturalizar" a necessidade de um dirigente no interior dos movimentos sociais (ZALD & MCCARTHY, 2017), essa abordagem nos fornece elementos para pensar o papel dos dirigentes no processo de burocratização dos movimentos sociais, bem como seu papel de captador de recursos com os integrantes constituintes das OMS's.

A abordagem da mobilização de recursos teve pouca repercussão fora dos Estados Unidos. Isto é explicado devido a própria especificidade do capitalismo "superdesenvolvido" dos EUA (o que gera uma maior mercantilização e burocratização da sociedade civil e, por conseguinte, dos movimentos sociais), bem como a especificidade dos pesquisadores norte-americanos frente aos movimentos sociais. O caráter aparentemente crítico, desmascarando que determinadas organizações de movimentos sociais possuíam tendências mercantilizadas e burocratizadas, trouxe rejeição tanto por parte dos movimentos sociais quanto por parte de pesquisadores simpatizantes destes movimentos:

A antipatia que gerou na esquerda, ao comparar movimentos com empresas (sic), talvez explique a pequena ressonância da TMR na Europa e sua inexpressiva entrada na América Latina. Já em casa, teve impacto grande e imediato. Cerca de 56% dos artigos publicados nas principais revistas norte-americanas de

sociologia e ciência política, nos anos 1970, usavam o approach (ALONSO, 2009, p. 53).

Como já colocamos anteriormente, alguns autores dessa abordagem "atualizaram" determinamos elementos e, junto com outros pesquisadores, buscaram esboçar e desenvolver uma nova abordagem que ficou conhecida como abordagem dos processos políticos. Esta será foco de nosso próximo tópico.

## A Abordagem do Processo Político

A abordagem do processo político aparece como uma tentativa de atualização da sua antecessora. Tal proposta se dá no seio da assimilação das críticas enfrentadas ao longo de duas décadas de debate e pesquisas dos movimentos sociais, evidenciando suas fragilidades, contribuições e limites analíticos dento e fora das discussões norte-americanas. A proposta de uma nova abordagem começa a se esboçar no final dos anos 1970, estruturando-se na década de 1980 e consolidando-se no início da última década do século XX.

O pano de fundo, isto é, o contexto histórico ao longo do desenvolvimento desta abordagem é o regime de acumulação integral, sendo a sua forma estatal, o neoliberalismo, elemento importante que trará desdobramentos para o processo analítico dessa forma de se pensar os movimentos sociais. Nesse período, ocorre uma mutação cultural: o paradigma subjetivista torna-se hegemônico na produção intelectual e acadêmica no mundo, sobretudo na Europa (VIANA, 2019); no entanto, a abordagem do processo político ainda possui traços fundamentalmente do paradigma reprodutivista[2].

É nessa época que ocorre também uma intensificação da internacionalização da produção intelectual, com políticas conscientes e estruturadas da esfera intelectual para socializar a sua influência em outros países. A abordagem do processo político utiliza conscientemente esta estratégia para expandir sua influência, ficando nítido em seus estudos que começam a ser ampliados não só a partir de pesquisas do contexto norte-americano, mas da Europa, América Latina, além de incorporação de intelectuais de vários lugares do mundo, como Sidney Tarrow (de origem italiana) etc. Além disso, os embates com outras interpretações e formas explicativas sobre os movimentos sociais tornam-se mais acaloradas, tal como as discussões da abordagem do processo político e da abordagem dos novos movimentos sociais.

Um outro aspecto histórico importante são as próprias mudanças nos movimentos sociais. Com as transformações do desenvolvimento de acumulação de capital, bem como a sua forma de regularização fundamental, o Estado,

determinados movimentos sociais possuem novas características, além do surgimento de novos movimentos, tal como o ecológico, direito de animais, medicina alternativa, antiglobalização, etc. Os desdobramentos destas transformações são sentidos e captados pelos pesquisadores da abordagem do processo político.

O primeiro elemento que devemos colocar são suas influências intelectuais e bases metodológicas. A primeira influência é a mobilização de recursos, mas com adaptações ao novo momento histórico e incorporando as críticas feitas ao longo do seu desenvolvimento. Uma das grandes ambições da abordagem do processo político é resolver os problemas da abordagem anterior, englobando a questão do Estado, integrando a questão cultural e retirando o aspecto economicista da abordagem. Trataremos desta questão mais adiante.

A segunda influência é o leninismo, resgatada principalmente por Sidney Tarrow. Para Tarrow (2009), Lênin trouxe contribuições relacionadas à questão da organização do confronto político e Gramsci trouxe o aspecto cultural para a análise e intervenção dos "grupos em conflitos":

Lênin criou a reflexão sobre as organizações de movimento, necessárias para estruturá-lo e impedir sua dispersão em estreitas reivindicações corporativas (o que mais tarde seria chamado de "mobilização de recursos"); e Gramsci centrou sua teoria na necessidade de construir um consenso em torno dos objetivos do partido (o que passou a ser chamado de "enquadramento interpretativo e formação de "identidade coletiva). Mas nenhum deles especificou as condições em que se poderia esperar que os trabalhadores, explorados e com poucos recursos, se mobilizassem pelos seus interesses – que chamaremos de problema das oportunidades e restrições políticas (TARROW, 2009, p. 31).

A terceira influência provém da produção intelectual de Charles Tilly, sobretudo a construção dos construtos de oportunidades e ameaças (TILLY, 2010; ALONSO 2012). Em seu livro From Mobilization to Revolution (1978), Tilly formula sua análise acerca das ações coletivas modernas, colocando como principal elemento para mobilização a questão das oportunidades e ameaças para os desafiantes e elites/autoridades, sendo que estas duas dimensões são externas

aos desafiantes e ligadas à ação do Estado. A questão da oportunidade política se tornará o aspecto que será mais ressaltado pelo conjunto de autores que estão circunscritos na abordagem do processo político.

Embora os termos oportunidades-ameaça e facilitação-repressão fossem partes da síntese original de Tilly, durante os anos 1980 os teóricos dos processos políticos tenderam a estreitar o seu campo de atenção, focalizando as oportunidades. Alguns estudiosos – seguindo os passos de Eisinger – estudaram como as diferentes estruturas políticas proporcionam graus maiores ou menores de oportunidade para grupos insurgentes; outros examinaram como movimentos específicos, e exploram as oportunidades proporcionadas pelas instituições; outros viram como as oportunidades para um determinado movimento mudam com o tempo; e outros ainda estudaram ciclos inteiros de protesto para entender como a deflagração de uma onda de mobilização afetou os movimentos posteriores. Numa grande síntese comparativa, Hanspeter e Kriesi e seus colaboradores usaram o conceito de oportunidade política para analisar os novos movimentos sociais em quatros países da Europa Ocidental (TARROW, 2009, p. 37).

Por fim, a quarta e última influência é o aspecto cultural incorporado por essa abordagem. Grande parte das críticas direcionadas aos autores da mobilização de recursos é a inexistência de uma dimensão cultural na explicação dos movimentos sociais. A abordagem do processo político, sendo parte dela advinda da abordagem anterior, assimila tais críticas e busca anexar a dimensão cultural a partir do que será denominado quadros interpretativos ou enquadramento interpretativos (originário, sobretudo da tradição do interacionismo simbólico de Goffman). Outros construtos, de menor impacto, também serão incorporados, tais como o de “mobilização por consenso”, desenvolvida por Klanderman (KLANDERMAN, 1988;1997 apud TARROW, 2009) e a ideia de “pacotes ideológicos” de Gamson (1988 apud TARROW, 2009).

O segundo elemento são seus representantes intelectuais. Há um conjunto enorme de autores que se filiam a essa abordagem, no entanto, os seus principais representantes são: novamente Zald e McCarthy (que fizeram autocríticas), Doug McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow.

Zald e McCarthy vão enfocar, desta vez, os recursos sociais de uma determinada comunidade, observando o seu contexto político e a rede de relações sociais. Grande parte de seus estudos irão se estruturar na análise do movimento dos direitos civis nos Estado Unidos (GOHN, 2004). Argumentam que outras determinações “macroestruturais”, além do aspecto econômico, poderiam facilitar a produção de protestos sociais. Em tom de autocrítica, Zald afirma:

Nossas teorias foram úteis porque criaram um espaço para perspectivas renovadas de estudo, problematizando certas questões e desenvolvendo de forma mais sofisticada análises da psicologia social e da macrossociologia dos movimentos sociais [...], porém tornaram-se velhas, não dedicando atenção suficiente a uma série de questões como a relação entre classe e formação de identidade para a mobilização, as oportunidades políticas, as estruturas do Estado como elementos determinantes ou restritivas para a mobilização social, os outcomes, os microfundamentos dessas dinâmicas, o papel dos efeitos dos protestos e a intersecção entre crise cultural e atividade dos movimentos sociais (ZALD, 1992, p. 327).

Já Doug McAdam foi o primeiro a sistematizar o conjunto de pesquisas e reflexões acerca da abordagem do processo político. Inclusive foi ele o primeiro a chamar esta abordagem por este nome. Segundo McAdam (1999, p. 36) a ideia de “processo político” seria a síntese desta perspectiva por dois motivos: o primeiro é que “em contraste com várias formulações clássicas, considera-se que um movimento social é, acima de tudo, um fenômeno político, e não psicológico”, além disso “um movimento representa um processo contínuo desde sua geração até seu declínio, e não uma série descontinuada de estágios de desenvolvimento.”

Charles Tilly pode ser considerado um dos mais importantes nomes desta abordagem, apesar de destoar da discussão do processo político em alguns aspectos no início de suas pesquisas e reflexões acerca dos confrontos políticos modernos. Como dissemos anteriormente, Tilly forneceu um dos construtos fundamentais que todos os autores filiados a essa abordagem concordam entre si: a questão da oportunidade. De acordo com Tarrow (2009) o pensamento de Tilly possuía um caráter essencialmente estrutural, ou seja, as condições de

mobilização não poderiam ser moldadas pelos próprios indivíduos que fazem e a produz. O foco analítico torna-se, então, as oportunidades externas. O autor afirma também que as análises dos movimentos só podiam ser feitas em conexão com o Estado. Daí a ênfase na questão política - em que pese a não definição do que significa política para Tilly e para os outros autores desta abordagem.

Por fim, há Sidney Tarrow, que é um dos representantes intelectuais mais conhecidos e discutidos, desde a década de 90, acerca dos estudos dos movimentos sociais. Seu livro O Poder em Movimento (TARROW, 2009) escrito em 1994 e reelaborado em 1998[3], tornou-se uma referência nos estudos do confronto político em geral e do movimento social em específico. O seu mérito está em sintetizar toda a tradição da abordagem do processo político e buscar avançar no processo analítico a partir das referências e influências basilares desta abordagem. Assim, o autor consegue trazer a discussão dos construtos e definições principais desta abordagem e reelaborá-las no interior de sua produção intelectual. Focalizaremos neste autor devido a esses elementos.

Nesse sentido, o terceiro elemento são as definições e construtos fundamentais desta abordagem. Podemos elencar cinco aspectos colocados por Tarrow (2009): oportunidades e restrições políticas; confronto político (repertório); enquadramento/quadro interpretativo; estrutura de mobilização e ciclos de protesto.

O primeiro deles, oportunidades e restrições políticas é o aspecto fundamental para pensar os movimentos sociais. Tarrow define oportunidades políticas como "dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso" (TARROW, 2009, p. 105). Já a restrição pode ser caracterizada como fatores que desencorajam o confronto, sendo o exemplo clássico o desencorajamento à repressão exercida pelo Estado.

Já o segundo construto, o de confronto político, também é denominado como repertório pelos outros autores dentro da abordagem. Tarrow indica a existência de três principais formas de confronto publicamente organizado: o choque violento, as formas convencionais e a ruptura criativa. No entanto

Os movimentos sociais não estão limitados a tipos particulares de ação, mas podem assumir uma variedade de formas, isoladas ou combinadas. Esta flexibilidade permite que eles combinem as reivindicações e a participação de amplas coalizações de atores em campanhas conjuntas de ação coletiva e a mudar o seu foco tanto dentro como fora do processo político [...] O movimento social moderno é um fenômeno multiforme, indo desde protestos que atacam simbólica e fisicamente o sistema dominante até movimentos que estão no âmbito da política convencional (TARROW, 2009, p. 137).

O terceiro construto é o de quadros/enquadramento interpretativos. É neste aspecto que aparece o elemento da cultura que colocamos anteriormente. Vários autores desta abordagem, como Gamson, Snow, Benford, Tilly, Tarrow etc. (GOHN, 2004), também utilizam este construto, mas de formas distintas. No entanto, o elemento central dos quadros interpretativos é que eles servem como uma determinada forma de interpretar a realidade; é a forma como os indivíduos significam e percebem determinado fenômeno, remetendo a questão da emoção, injustiça, processo de solidariedade etc. Para Tarrow, os quadros interpretativos são dispositivos enfatizadores de determinadas percepções, sobretudo da condição social que se encontram os grupos que se mobilizam.

De um reservatório cultural de símbolos possíveis, os organizadores de um movimento escolhem aqueles que supostamente farão a mediação entre o entendimento cultural do grupo ao qual se dirigem, suas próprias crenças e aspirações e suas situações de luta [...]. Os quadros interpretativos da ação coletiva são dispositivos enfatizadores que ressaltam e adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefinido como injustiça ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável (TARROW, 2009, p. 143).

O quarto construto desta abordagem é o de estruturas de mobilização, que remete a discussão herdada pela abordagem da mobilização de recursos. Não há homogeneidade quanto à definição e percepção na ideia de estrutura de mobilização, mas o elemento em comum em todos os autores é que se trata de

um conjunto de organizações diversas. Para Tarrow, existem três formas "clássicas" de organizações: as institucionalizadas (a partir do modelo da socialdemocracia, que são propensas a se assimilarem à dinâmica institucional), as disruptivas (a partir do "modelo anarquista", que são propensas à ação prática em termos de ruptura) e as organizações flexíveis, baseadas em estruturas conectivas informais (uma nova forma de organização, surgida contemporaneamente, que amplia a participação autônoma dos indivíduos, mantendo-os envolvidos no movimento). Cada uma delas, ao longo do tempo, buscam alcançar seus objetivos a partir das oportunidades políticas.

Por fim, o quinto e último construto desta abordagem é a questão dos ciclos de confronto ou de protesto. Tilly foi o primeiro a utilizar o termo ciclo, mas dando ênfase à questão do protesto. Mas é com o desenvolvimento desta abordagem que há um consenso formado em substituir o termo protesto por confronto, por abarcar mais fenômenos e, segundo eles, ser mais preciso analiticamente. Nesse sentido, Tarrow compreende ciclos de confronto como uma determinada fase de conflitos marcante que atravessa um seguimento social.

O processo de difusão nos ciclos de confronto não é meramente por "contágio", embora isso ocorra bastante. Ele também resulta de decisões racionais para tirar vantagem de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos: ocorre quando os grupos têm ganhos, e isso convida outros grupos a buscar resultados similares; quando os interesses de alguém são feridos por reivindicações de grupos insurgentes e quando a predominância de uma organização ou instituição é ameaçada e há uma reação através da ação coletiva (TARROW, 2009, p. 44).

De forma breve, estas são as principais preocupações analíticas desta abordagem. Não há um consenso em torno da definição de movimentos sociais, mas em todas suas definições existem três eixos que aparecem como núcleo em comum: a relação com a política institucional, a questão dos recursos e incorporação do elemento cultural no processo analítico. Tarrow, por exemplo, define movimentos sociais como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa relação sustentada com as elites, opositores e autoridades:

[...] as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou contribuir dessas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 38, grifos nossos).

Estes são os principais elementos desta abordagem. Trata-se agora de perceber seus limites e avanços.

A primeira crítica é a definição do que se entende por movimentos sociais. Assim como a abordagem anterior, a definição posta por todos autores desta abordagem é demasiada ampla e abstrata. O exemplo da definição de Tarrow, colocado logo acima, é sintomática nesse sentido: apesar da distinção entre confrontos políticos e movimentos sociais[4], o autor não avança em expressar a realidade e especificidade do fenômeno. Se atentarmos para as bases da definição (desafios coletivos, objetivos comuns, solidariedade social, relação sustentada contra elites) enxergaremos um conjunto de fenômenos que fogem à própria realidade dos movimentos sociais. Nesta definição podem ser colocados partidos políticos, sindicatos, protestos, organizações não-governamentais, “think thanks”, associações de bairro etc., enfim, uma infinidade de fenômenos que contribuem mais para confundir do que elucidar a própria ideia de movimentos sociais, assim como na abordagem anterior.

A segunda crítica, derivada da primeira, é a imprecisão “conceitual” e excessiva reformulação nos escritos dos autores da abordagem do processo político. Gohn (2004, p. 115) coloca que “A todo momento um autor cria um novo conceito, uma nova categoria, etc. apresentando-os com o complemento necessário para as lacunas existentes”[5]. Há também o procedimento de validar um “conceito” ou categoria apenas para um determinado movimento social, e não sua totalidade. Quando “aplicado” a um outro aspecto ou outro movimento social, torna-se não utilizável devido ao seu caráter específico.

A terceira crítica são as análises propriamente ditas dos movimentos sociais. Geralmente o que se analisam são lutas políticas específicas, tais como protestos, passeatas, confrontos etc. Os movimentos sociais aparecem tão-somente como exemplos superficiais ou como ilustrativos de determinado construto ou categoria de análise.

O quarto elemento crítico é o peso excessivo ao Estado, ignorando outras determinações que são essenciais para a dinâmica dos movimentos sociais. A debilidade desta questão é a mesma que a da abordagem anterior: a não percepção da totalidade. Se a crítica à ideologia de mobilização de recursos é percebida e explicitada a partir do seu caráter economicista, podemos colocar que a ideologia do processo político é "institucionalista", ou seja, torna-se um determinismo a partir da política institucional. Essa questão gera o quinto elemento crítico, que é a deficiência e falta de conceitos fundamentais acerca de termos que eles próprios utilizam.

A não definição de política torna-se problemática, já que traz confusões acerca do que pode ser ou não entendida por esse termo. A quase totalidade dos autores que buscam sistematizar esta abordagem (ALONSO, 2009; GOHN 2004) se esquecem desse aspecto, geralmente colocando o foco na política. No entanto, o que percebemos é o foco no Estado, na dinâmica institucional. O termo política é polissêmico e é por isso que os intelectuais da abordagem do processo político podem perceber a política enquanto relação de e/ou com o Estado – apesar de não trazerem a definição, mas o que é perceptível em seus escritos.

No entanto, esta é uma percepção pobre e restrita de pensar a política. Partimos da definição marxista, ou seja, a compreendemos como toda forma de manifestação das lutas de classes (MILIBAND, 1979; VIANA, 2015). Ela se manifesta, então, não só na relação com o Estado, mas na esfera da produção, na sociedade civil, organizações, enfim, na totalidade da sociedade capitalista, já que esta é constituída por seres humanos e estes possuem pertencimento e interesse de classe. Por esse ângulo, seria mais preciso e correto colocar como uma abordagem que foca mais a questão institucional e estatal.

Apesar destes limites, a abordagem do processo político contribui para a percepção de alguns elementos nos movimentos sociais que até então não eram percebidos ou analisados.

A primeira contribuição está no mérito de incluir o Estado e a política

institucional na análise dos movimentos sociais (e o equívoco é o isolamento dele). A segunda contribuição é a percepção da questão da doutrina nos movimentos sociais, o que eles chamam de quadros interpretativos e repertório. Esta questão nos ajuda a entender que os movimentos sociais não são necessariamente fundamentados em um pensamento complexo (ideologia, teoria, etc.). A terceira contribuição é apresentar, mesmo que superficial e isolando o Estado e os aspectos institucionais, a história dos movimentos sociais[6]. Na abordagem anterior, as organizações de movimentos sociais (OMS) apareciam como apartadas da história da sociedade e do contexto que ela estava inserida, já que o que interessava era o empírico imediato em sua dinâmica petrificada, a-histórica.

As repercussões desta abordagem surtiram mais efeitos do que a anterior. Como colocamos no início deste tópico, houve um processo consciente de expansão e divulgação desta abordagem. Devido a assimilação das críticas e a internacionalização da produção acadêmica, tal abordagem conseguiu sair dos confins do território norte-americano e ter relativa influência em outros continentes:

Nos Estados Unidos, a TPP teve de inicialmente competir com a TM, mas logo a suplantou. Lá, como na Europa, a teoria encontro legião de adeptos, que a aplicaram a inúmeros países e períodos. Na América Latina seu sucesso foi bem mais modesto. No Brasil, o trabalho pioneiro nessa direção é o de Boschi (1987), que utiliza uma versão estilizada da TPP para tratar das mobilizações durante o processo de redemocratização (ALONSO, 2009, p. 59).

Paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas acerca dos movimentos sociais nos Estados Unidos, pesquisadores e autores Europeus, de diversas perspectivas e abordagens, estruturam e esboçam formas de se pensar e refletir acerca do que chamam de ação coletiva (especialmente dos movimentos sociais). O conjunto de autores que estruturaram essa nova maneira de se pensar os movimentos sociais ficou conhecido como “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”.

Esta abordagem, no início de seu desenvolvimento, entra em debate e polêmica com a abordagem da mobilização de recursos, que assimila suas críticas e,

juntando com outros autores, criam a abordagem do processo político. No entanto, o debate continua. Se a abordagens de mobilização de recursos dá ênfase à economia e a abordagem de processo político na dinâmica institucional e ao Estado, a abordagem dos novos movimentos sociais irá enfatizar a questão cultural na análise. É o que veremos a seguir.

## A Abordagem dos Novos Movimentos Sociais

A abordagem dos Novos Movimentos Sociais insurge em um contexto histórico caracterizado por mudanças significativas na sociedade capitalista. Trata-se, como na abordagem anterior, de um contexto marcado pela transição de um regime de acumulação para outro, o que pressupõe uma mutação ideológica, trazendo consequências e desdobramentos para as análises dos movimentos sociais, sobretudo na Europa. Paulatinamente, o paradigma reprodutivista começa a perder forças com a emergência do paradigma subjetivista[7] e, posteriormente, com sua hegemonia a partir dos anos de 1980. Antes de entrarmos nessa questão é importante colocar que esta abordagem surge como uma resposta a determinados acontecimentos na dinâmica da sociedade.

No final dos anos 60, ocorre um processo de radicalização de diversos movimentos sociais (especialmente o movimento estudantil e o movimento negro) e do movimento operário; trata-se da intensificação das lutas de classes posta pela crise de acumulação conjugada. Com o fim dos conflitos e a instauração de um novo de regime acumulação (integral), ocorre a retomada da estabilização da acumulação de capital e, com ela, uma nova mutação cultural que tentará responder, à nível ideológico, as novas determinações deste tempo histórico.

Uma destas respostas é o surgimento do pós-estruturalismo, que buscava criticar as "metanarrativas históricas", negando e questionando a categoria da totalidade, retirando a "centralidade" do trabalho, ofuscando as lutas de classes enquanto motor histórico da sociedade, etc. A abordagem dos novos movimentos sociais assimila, em grande parte, os elementos e aspectos do pós-estruturalismo e se constituí enquanto uma abordagem no interior do subjetivismo.

Nesse sentido, o pós-estruturalismo se torna uma de suas influências intelectuais mais importantes, mas acompanhadas de outras, sem menor peso. Estas outras influências, em muitos casos, são derivadas das próprias produções intelectuais de alguns dos representantes da abordagem dos novos movimentos sociais, tais como Touraine e Habermas. Ambos autores, para além dos estudos dos

movimentos sociais, possuem uma produção intelectual que busca refletir sobre a sociedade no geral, especialmente o caráter das mudanças contemporâneas.

Embora cada qual tenha sua própria teoria da modernidade, compartilham mais ou menos o mesmo argumento central. Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações (ALONSO, 2009, p. 59).

Diferentemente das outras abordagens, a dos novos movimentos não possui uma relativa homogeneidade em suas discussões. Seus autores concordam em algumas questões básicas, mas destoam em diversos elementos da sociedade que trazem consequências para o processo analítico dos movimentos sociais. Entre os autores mais conhecidos desta abordagem podemos colocar Touraine, Offe, Melucci, Laclau, Habermas, etc.

O que estes autores possuem em comum é o foco e a centralidade na questão cultural. Eles concordam que a partir da década de 60 houve uma transformação que deslocou o núcleo dos conflitos sociais postos na sociedade. Cada autor vai denominar essa nova sociedade: sociedade pós-industrial, sociedade da informação, sociedade pós-moderna, etc. As características dessa “nova sociedade” é o recuo da indústria e o aumento do mundo dos serviços, comércios, comunicação etc. Por esse ângulo, para estes autores, o movimento operário perde a sua centralidade devido ao conjunto dessas mudanças e novos atores sociais assumem os conflitos agora no âmbito cultural etc. Em ações coletivas esses atores desenvolvem “novos movimentos sociais” em detrimento dos “velhos” (que são os movimentos de classes sociais). O que estes autores colocam, fundamentalmente, é que os conflitos sociais mudam as bases sociais. Em síntese, o que há em comum no interior desta abordagem são os seguintes elementos:

1. A concepção de uma nova abordagem sobre a sociedade (sociedade pós-moderna/pós-industrial, capitalismo tardio, etc.);

2. Crítica ao marxismo (especialmente Marx);

3. Crítica ao leninismo;

4. Crítica ao paradigma reprodutivista[8], sobretudo a sua ênfase, inicialmente na economia (abordagem da mobilização de recursos) e posteriormente a ênfase na questão política/institucional (abordagem do processo político);

5. Resgate de ideologias não hegemônicas no regime de acumulação anterior (conjugado), tais como a fenomenologia, interacionismo simbólico;

6. E por fim, devido à influência do pós-estruturalismo, uma suposta politização da vida cotidiana (mas efetiva de forma despolitizada, retirando o caráter da totalidade de suas análises).

Cada representante desta abordagem irá manusear estes aspectos em comum a sua maneira. Alain Touraine (1989), por exemplo, estabelece a distinção entre dois padrões da sociedade moderna o que, por consequência, corresponde a diferentes movimentos sociais. Na sociedade industrial os conflitos estavam em torno da produção, onde a predominância das lutas se dava no seio do movimento operário e da relação deste com a burguesia. Já na sociedade que ele denomina de pós-industrial, que se inicia após os anos 60, a indústria e o trabalho perdem a sua centralidade, diluindo seus conflitos devido à integração e à institucionalização exercidas nas democracias europeias pelos trabalhadores.

Nesse sentido, a dominação se resguardaria agora no aspecto cultural, cujo o controle tanto da informação quanto da tecnologia se dava por uma crescente tecnocracia. Devido à mudança na sociedade "[...] o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular, ele está em toda a parte" (TOURAINE, 1989, p. 13). Se não é mais o proletariado (trabalhadores produtivos), quem são os "sujeitos históricos" do "conflito" que busca transformar a realidade? Para Touraine, seriam os grupos que estão à margem do que ele chama de "normalidade sociocultural": negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, estudantes, velhos, intelectuais etc.

Jürgen Habermas (1984), na mesma direção, argumenta que há um deslocamento das energias utópicas para uma nova zona de conflito na nova sociedade originada na década de 60. Os novos movimentos sociais, para este autor, localizam-se no processo de colonização do mundo da vida[9] e eles buscariam resistir a essa colonização em favor da manutenção ou expansão de ações

comunicativas, buscando qualidade de vida, direitos humanos, etc.

Os genuinamente “novos” movimentos sociais seriam os insurgentes contra a colonização do mundo da vida, contra os papéis institucionalizados de consumir da sociedade de mercado, de cliente dos serviços públicos do Welfare State, e mesmo de cidadão, fazendo a crítica das instituições políticas. Seriam propositores de novas formas de cooperação e de comunidade. Os exemplos: o movimento de jovens, o alternativo, o ambientalista e o pacifista. Em 1985, Habermas realocou o feminismo dentro os novos movimentos sociais, já que também demandaria a transformação das formas de vida (ALONSO, 2009, p. 63).

Já Alberto Melucci, também, como os outros autores, coloca um deslocamento dos conflitos na sociedade. Para Melucci, este deslocando vai do sistema econômico-social para as áreas culturais. Ou seja, do plano “material” para o plano “simbólico”. Para ele os conflitos “[...] afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58).

Ele percebe os novos movimentos sociais como determinadas formas de resistência, em reação aos rumos do desenvolvimento capitalista, buscando um resgaste do tempo, do espaço e das relações cotidianas (ALONSO, 2009). Essa resistência se daria no nível “pós-material”, sendo suas motivações simbólicas e voltadas fundamentalmente para o reconhecimento de identidade coletivas. A identidade coletiva é o fio-condutor dos novos movimentos sociais para este autor:

A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece (MELUCCI, 1988, p. 343).

Nesse sentido, os indivíduos produzem uma ação coletiva quando começam a se comunicar, a produzir e/ou negociar significados e tomam consciência do que há em comum entre eles. A síntese desse processo é a construção de uma identidade coletiva, que pode ser um fim em si mesmo.

Como podemos evidenciar, cada qual à sua maneira, enfatizará a questão cultural na análise dos movimentos sociais, observando, sobretudo, uma suposta mudança na base social destes movimentos (antes movimentos de classes e agora movimentos de grupos às margens do novo estágio da sociedade). Para Alonso,

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. [...] Esses analistas, portanto, entendem que a ênfase cultural é uma característica distintiva das novas mobilizações, razão pela qual usaram o advérbio "novo" para distingui-lo dos "velhos" (ALONSO, 2009, p. 68).

De nossa perspectiva, a ênfase no cultural é, ao mesmo tempo, um mérito e um problema desta abordagem. Mérito, pois, diferentemente das outras abordagens, coloca a relação entre indivíduo, grupo e movimento social de forma mais aprofundada, evidenciando que os interesses dos indivíduos possuem um possível papel mobilizador no interior dos movimentos sociais e o aspecto cultural tem um papel nessa questão. Um problema, pois, acaba que o aspecto cultural se torna a determinação fundamental que guia os movimentos sociais, ofuscando o caráter social e a totalidade das determinações dos mesmos. Derivado disso, a cultura desenvolve autonomia, desligada e apartada das outras determinações dos movimentos sociais.

Outra crítica a ser colocada é a confusão na questão da base social dos movimentos sociais. Esta abordagem faz uma divisão entre os movimentos sociais "clássicos" e os novos movimentos sociais, sendo os primeiros os movimentos de classe operária e os segundos de grupos às margens da integração da sociedade. Essa confusão acaba ofuscando uma fundamental diferença entre o fenômeno de movimento de classe e o movimento de grupo

sociais. São dois fenômenos distintos, e não uma continuidade.

É criticável também a interpretação equivocada acerca do marxismo, colocando-o como uma interpretação economicista da sociedade e dos conflitos sociais, que não daria conta de explicar as novas mudanças no interior da dinâmica da sociedade.

Um dos conceitos fundamentais desta abordagem, o de identidade coletiva, carece do mesmo problema que a ênfase no cultural: a identidade coletiva é vista de forma autônoma, inclusive como um fim em si mesma, como afirma Melucci.

Em síntese, a teoria dos novos movimentos sociais acaba ofuscando o caráter de classe dos movimentos sociais e isso gera um grave problema analítico, o que traz consequências à elucidação da dinâmica dos movimentos sociais.

## Considerações Finais

Buscamos, ao longo do presente texto, trazer três abordagens dos movimentos sociais utilizadas por diversos autores na análise dos movimentos sociais. Evidenciamos suas fragilidades teórico-metodológicas e localizamos inconsistências no interior de seus argumentos. Reiteramos que não descartamos suas contribuições, mas assimilamos criticamente suas discussões que podem nos auxiliar ao entendimento e explicação dos movimentos sociais. Além disso, tratou-se mais de uma aproximação crítica introdutória do que uma exaustiva análise pormenorizada de suas determinações e elementos. Para tanto, necessitaríamos de uma pesquisa mais ampla.

As abordagens analisadas aqui apontam para algo em comum: o problema conceitual, que se desdobra, evidentemente, em outros problemas, dificultando e ofuscando o próprio fenômeno a ser estudado, derivados da questão metodológica. Os construtos e conceitos dos autores apresentados no presente trabalho expressam definições arbitrariamente pelos pesquisadores a partir, geralmente, do empírico. Tal procedimento contribui para a existência de incoerências, posto que determinadas definições geradas a partir de movimentos sociais específicos não se aplicam a outros; ou seja, não há uma definição que abarque a totalidade dos movimentos sociais. Outra manifestação desta incoerência pode aparecer a partir de uma definição ampla, que não só abarca os movimentos sociais, mas os demais fenômenos que mantêm elementos em comuns, porém que são diferentes (tais como manifestações, partidos políticos, sindicatos, etc.).

Outro problema localizado em nossa reflexão foi a não diferenciação entre movimentos de classes sociais e movimentos de grupos sociais. Tal diferenciação é fundamental, mas não está presente na grande maioria dos autores das abordagens aqui expostas. A não percepção desta diferença nos fornece um painel incompleto e deformado da dinâmica dos conflitos sociais na sociedade capitalista.

O último problema, e este já extrapola as abordagens aqui expostas, se respalda

nos estudos concretos dos movimentos sociais. Um dos procedimentos realizados nas pesquisas deste assunto é o empiricismo. Muitos trabalhos buscam analisar diversos movimentos sociais, suas organizações, setores etc., sem muito tratamento teórico-metodológico, efetivando a pesquisa sem ao menos definir o que se entende por movimento social ou o movimento social específico que esteja sob análise. Geralmente este procedimento incorre em mais incoerência, já que partindo da aparência do fenômeno e não efetivando um processo analítico, o resultado final só pode ser o retorno do aparente em suas conclusões finais.

A nosso ver, é necessário se atentar a semelhanças e diferenças entre os movimentos sociais e os demais fenômenos da sociedade, perceber o que é essencial e existencial no interior de um movimento social concreto (como o movimento negro, feminino etc.) e o que é universal e particular no interior de um movimento social. Os movimentos sociais são uma totalidade; mas é certo também que esta totalidade está inserida e relacionada a uma totalidade mais ampla: a sociedade. Por esse ângulo, acreditamos que o marxismo, a partir do método dialético, possui ferramentas analíticas que dê conta, de forma mais satisfatória, de efetivar a explicação dos movimentos sociais.

# Referências


ADORNO, Theodor. Introdução à Sociologia. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório Segundo Charles Tilly: História de um conceito. Sociologia & Antropologia. V.02.03: 21-41, 2012.

ALONSO, Angela. Repertórios de Ação Coletiva e Confrontos Políticos: Entrevista com Sidney Tarrow. Sociologia & Antropologia, V.02 N.03, p. 11-10, 2012.

FERREIRA, Carvalho et al. Sociologia. Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JENSEN, Karl. Teses sobre os Movimentos Sociais. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, N. 01, jan. /jul. 2014.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 4° Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MAYER, Margit. Social-Movement Research in the United States: A European Perspective in “LYMAN, Stanford (org.). Social Movements: Critiques, Concepts e Case-Studies. Nova York, New York University Press.

MCADAM, Doug. Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

MCCARTHY, John e ZALD, Mayer. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial: Movimentos Sociais, 02 (02). Jan./Jun 2017.

MELUCCI, Alberto. Getting involved: identity and mobilization in social movement. International Social. Movements Research, vol.1: 1988.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para Os Movimentos Sociais? Lua Nova, 10 (17), 1989.

MILIBAND, Ralph. Marxismo e Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELES, Gabriel. As contribuições da categoria da totalidade para a análise dos movimentos sociais. Revista Alamedas. v. 6, n. 2, 2018. Link: http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/19001.

TELES, Gabriel. Para uma análise marxista dos movimentos sociais: contribuições de Karl Jensen e Nildo Viana. Revista Despierta, Ano 04, n.04, 2017.

TILLY, Charles. European Revolutions, 1492-1992. Oxford, Blackwell, 1993.

TILLY, Charles. From Mobilization to Revoluion. Londres, Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. Revista Brasileira de Ciência Política, n°3. Brasília, jan. -jul. de 2010, 133-160.

TOURAINE, A. Os Movimentos Sociais. In: M. Martins, ed. Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. Revista Lua Nova, n° 17, junho, p. 05-18, 1989.

VIANA, Nildo. Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2015.

VIANA, Nildo. Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Prismas, 2016a.

ZALD, Myer. Looking backward to look forward: reflections on the past and future of the Resource Mobilization Research Program. In: Morris, Aldon & Mueller, Carol (orgs.). Frontiers in social movement theory. New Haven: Yale University Press, 1992.

---

1 Compreendendo a questão empírica aqui como uma visão empobrecedora do real. Utilizamos a categoria “concreto” do método dialético que contribui para expressar uma determinada realidade social.

2 O paradigma subjetivista será hegemônico nos estudos da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, que até hoje é a abordagem mais utilizada para a análise dos movimentos sociais. Veremos esta questão no tópico a seguir, quando tratarmos desta abordagem em específico.

3 A edição brasileira traduzida em 2009 vem desta reelaboração (ALONSO,

2012).

4 Tarrow coloca que todo movimento social é um confronto político, mas nem todo confronto político é um movimento social (TARROW, 2009).

5 Gohn coloca que se trata de complemento, mas trata-se, em verdade, de desenvolvimento.

6 Tilly, por exemplo, vai trazer um apanhado dos confrontos políticos desde o início do capitalismo até a década de 90 (TILLY, 1993), Tarrow irá mapear os repertórios de confronto a partir da história da relação entre movimentos sociais e Estado (TARROW, 2009) etc

7 Um paradigma é uma forma específica assumida pela episteme burguesa. Esta última é definida como um "modo de pensar", uma forma de pensamento que é um "processo mental subjacente" e, por conseguinte, não-consciente e que domina o pensamento burguês e, inclusive, os seus opositores (VIANA, 2019). Assim, o paradigma subjetivista é a atual forma assumida pela episteme burguesa na contemporaneidade, desenvolvendo ideologias como o pós-estruturalismo, multiculturalismo, etc., que dão ênfase ao particular (sujeitos, etc.) e ao "subjetivo".

8 O paradigma reprodutivista é a forma assumida pelo episdeme burguesa durante o regime de acumulação conjugado e tem como como ideologias correspondentes o funcionalismo, estruturalismo, sistemismo, etc.

9 Para Habermas, a expansão da racionalidade instrumental, que tem origem no que ele chama de esfera "sistêmica", para os espaços destinadas a sociabilidade,

interação e comunicação gera o “empobrecimento cultural”. Esse pauperismo é o que ele caracteriza como colonização do mundo da vida.